

Rev. 1

1620

de Abril

1620

25

M

1024

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação da Secretaria de Estado da Emigração para os portugueses no Estrangeiro



# EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais  
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
<b>Venezuela</b> (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	<b>Angola</b> (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880
<b>Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)</b>	01.00-03.00	11 935	25	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
		6 025	49		18.45-19.30	15 340 17 880	19 16
(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935	25	14.30-18.00	21 700	13	
		6 025	49	<b>Mocambique</b> (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16
<b>Europa</b> (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025	49	(Domingos)	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
		6 185	48		12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
	18.30-20.30	9 740	30	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16	
		6 025	49	14.30-18.00	21 700	13	
(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30	<b>Guiné e Cabo Verde</b> (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00 20.30-21.00	21 495 15 125	13 19
<b>Macau, Timor e Austrália</b> (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700	13	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
		21 735	13		20.15-21.00	15 125 21 700	19 13
(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	<b>Índia</b> (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16
<b>S. Tomé e Príncipe</b> (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700	13	<b>Brasil</b> (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25
		17 880	16		(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	22.30-01.00		11 790 11 840	25 25
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16			
	18.00-18.45	17 880 15 340	16 19				
	14.30-18.00	21 700	13				

25 de Abril

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

N.º 23 / Janeiro 1978 - Preço 30\$00

Publicação mensal da Secretaria de Estado da Emigração para as Comunidades Portuguesas no estrangeiro

Direcção: Director do Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

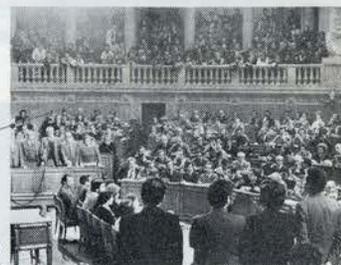
Edição: Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

Sede: Ministério dos Negócios Estrangeiros  
Palácio das Necessidades, 1.º Piso

Largo do Rilvas - Lisboa - PORTUGAL  
Telef. 67 67 00/1/2

Composto e impresso por Mirandela & C.ª  
Trav. Condesa do Rio, 7-9  
Lisboa - PORTUGAL

II Governo Constitucional em preparação	2
Aproveitamento do Vale do Mondego	10
Cooperação entre Portugal e Espanha: Acordo assinado em Madrid	20
Portugal - CEE	26
FAO colabora no Crédito Agrícola	29
Negociações com a Renault	30
Conselho da Europa: Portugal assinou o Estatuto do Trabalhador Migrante	32
Portugueses divulgam o futebol nos EUA	34
TOME NOTA	40
OS LEITORES ESCREVEM	46
CIRCUITO DE CINEMA DA SEE: «Brandos Costumes»	48
SUPLEMENTO Setúbal	



2

II GOVERNO CONSTITUCIONAL EM PREPARAÇÃO



10

APROVEITAMENTO DO VALE DO MONDEGO



20

COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA: ACORDO ASSINADO EM MADRID



34

PORTUGUESES DIVULGAM O FUTEBOL NOS EUA

## NOTA DA REDACÇÃO:

Por razões de ordem técnica, relacionadas com a necessidade de antecipar a data de fecho da presente edição da Revista, não foi possível nela incluir o noticiário referente a acontecimentos de marcado relevo na vida nacional, designadamente os contactos para a formação do II Governo Constitucional e a visita oficial que o Presidente da República efectuou à Alemanha Federal, temas que abordaremos desenvolvidamente no próximo número.

## II GOVERNO CONSTITUCIONAL EM PREPARAÇÃO

Nos princípios do mês de Dezembro do ano findo, após 16 meses de exercício do poder executivo e ao apresentar a primeira moção de confiança na Assembleia da República, o I Governo Constitucional foi derrubado, uma vez que — com excepção do PS — todos os partidos lhe recusaram a confiança pedida.

### «UM DESAFIO AO FUTURO»

O Primeiro-ministro, Mário Soares, ao propor a anunciada moção, definiu-a como «um desafio em relação ao futuro» e salientou na extensa declaração política então pronunciada, que o Governo Constitucional não só não se demitia, como, pelo contrário assumia «as suas responsabilidades até ao fim, sem hesitações» e sem fazer «quaisquer concessões a nenhum partido, com o objectivo de se manter no poder». Mário Soares, depois de se referir ao «memorandum» anteriormente apresentado aos partidos representados na Assembleia e ao facto de não ter sido

*Assembleia da República: Mário Soares lê a sua declaração política no início dos debates sobre a moção de confiança apresentada pelo I Governo Constitucional*



possível chegar a uma plataforma de acordo com a Oposição, falou demoradamente sobre a crise que o País atravessa e sobre as suas consequências. Depois de ter mencionado os antecedentes da presente crise financeira, económica e social, a qual tem a ver com a recessão europeia e «com as transformações profundas ocorridas após o 25 de Abril», o Primeiro-ministro sublinhou que esta crise política ou de adaptação ao Estado democrático, é uma crise de confiança, acrescentando a esse respeito que ela «vai necessariamente levar alguns anos a resolver, nos múltiplos aspectos, atrás referidos». Seguidamente Mário Soares historiou a acção do Governo nos 16 meses em que se manteve em exercício, a actividade dos partidos da Oposição, as negociações com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e as questões que se prendem com o chamado «grande empréstimo», acabando por realçar «a paz social efectiva» vivida no último ano e meio e o facto de o País se encontrar perigosamente dividido em classes e interesses antagónicos e regionais.

## INTERVENÇÕES DOS PARTIDOS

Magalhães Mota, do PSD, foi o primeiro a usar da palavra para protestar contra algumas críticas implícitas feitas pelo Primeiro-ministro no seu discurso, seguindo-se, ao longo do dia, as intervenções de Freitas do Amaral (CDS), Jaime Serra (PCP), José Luís Nunes (PS), Sousa Franco (PSD) e Acácio Barreiros (UDP).

Na principal intervenção feita em nome do seu partido, o presidente do CDS, Freitas do Amaral, afirmou, nomeadamente, que não via «nenhuma razão de interesse partidário ou nacional para apoiar o actual Governo. «Quanto a nós — disse ainda aquele dirigente centrista — este Governo e com ele, a fórmula política em que se apoia, esgotaram a sua capacidade de acção política».

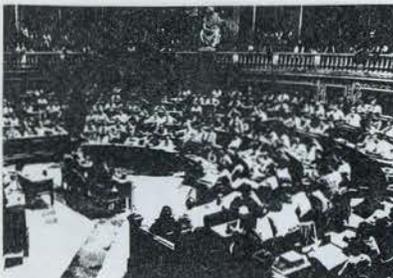
O porta-voz do PCP, Jaime Serra, na sua intervenção de fundo, voltou a acentuar que se tornava indispensável «para sair da crise e resolver os graves problemas que Portugal defronta, uma nova política e um novo Governo». O deputado do PCP acusou ainda Mário Soares e o PS de legislarem à direita e afirmou que o seu partido continuava aberto ao diálogo.

José Luís Nunes — a quem coube fazer a intervenção de fundo por parte do PS — disse que a aprovação do «voto de confiança» na Assembleia da República não modificaria o caminho seguido pelo Governo Constitucional, e que o PS se orientaria pelas promessas feitas ao seu eleitorado, ou seja, «nem maioria de esquerda, nem maioria de direita».

Acácio Barreiros, da UDP, debruçou-se sobre as situações criadas pelo Governo, considerando que elas desfavoreceram totalmente os trabalhadores e concluiu dizendo que aqueles continuarão a lutar para travar a actual ofensiva reaccionária, criando as con-

*Intervenções de dirigentes da Oposição durante os debates parlamentares:*  
Sousa Franco (PSD)  
Freitas do Amaral (CDS)  
Carlos Brito (PCP)  
Acácio Barreiros (UDP)





Intervenção  
de Mário Soares  
no encerramento  
dos debates  
do PSD  
em 1976

dições para levar ao poder um Governo que cumpra a Constituição.

Por último, Sousa Franco, do PSD, acentuou que, qualquer que fosse o resultado dos debates, ele apenas serviria «para confirmar a democracia e não para a enfraquecer». Analisou seguidamente, a actuação do Governo ao longo dos seus 16 meses de existência e, a terminar, sublinhou que «em democracia há sempre alternativas e só os não-democratas se recusam a procurar alternativas, entendimentos e compromissos».

### SEGUNDO DIA DE DEBATES

No segundo dia de debates, intervieram os deputados Lopes Cardoso, Acácio Barreiros, Sérvulo Correia, Jaime Gama, Amaro da Costa, Aires Rodrigues, Carlos Brito, António Guterres, Carmelinda Pereira e Salgado Zenha, além dos ministros da Habitação e Urbanismo, da Agricultura e Pescas, das Finanças e do Plano e Coordenação Económica, respectivamente, Eduardo Pereira, António Barreto, Medina Carreira e Sousa Gomes.

Mário Soares discursa no encerramento dos debates



Antes, na parte da manhã, já o ministro das Obras Públicas, Almeida Pina, tinha respondido a algumas interrogações de deputados, com um resumo da situação das obras públicas em curso ou programadas.

Sérvulo Correia, dirigente parlamentar social-democrata, recapitulou, na sua intervenção, as tomadas de posição do PSD e, prosseguindo, apontou como «a grande falha do Governo, o facto de o mesmo jamais ter possuído uma política social». A seguir, fez uma extensa resenha das faltas e problemas existentes em certos sectores, como o da assistência, educação, saúde, prevenção da criminalidade, política de emprego e formação profissional, entre outros.

Jaime Gama que fez a intervenção de fundo do dia, por parte do partido governamental, depois de historiar a acção dos partidos da Oposição, «no sentido de pôr em xeque a acção governativa», analisou, ponto por ponto, as intervenções de fundo produzidas no decurso dos debates, tendo-se detido particularmente nas afirmações de Freitas do Amaral (CDS) e de Sousa Franco (PSD).

Amaro da Costa, do CDS, subiu a seguir à tribuna para, em nome do seu partido, fazer uma análise do comportamento do Governo, no campo económico (negociações com o FMI, exiguidade dos investimentos, ritmo da inflação) e apresentou uma proposta do CDS para a solução da crise, assente em nove pontos, a começar pela formação do II Governo Constitucional, e pela reabertura das discussões com o FMI.

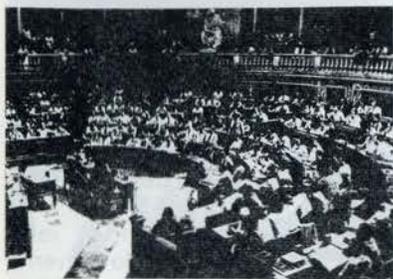
Carlos Brito, dirigente parlamentar do PCP, referiu-se à «teoria das cedências» praticadas pelo Governo e terminou por afirmar que se os esforços para a elaboração de uma nova plataforma política não tivessem êxito, o seu partido entendia que a outra alternativa democrática era «a formação de um Governo de gestão e a realização de eleições antecipadas.»

## VOTAÇÃO DA MOÇÃO DE CONFIANÇA

A encerrar o debate parlamentar, Mário Soares declarou que se, por um lado, o Governo não fazia

*Momento da votação: na primeira fila do hemiciclo os deputados do CDS (de costas) e do PCP (à esquerda) levantam-se, recusando a confiança solicitada pelo Governo*





concessões para se manter no poder, por outro lado, não pedia votos nem os enjeitava. Ao mesmo tempo, o Primeiro-ministro reafirmou que o seu Governo continuaria com a mesma política de rejeição de alianças com a direita e com a extrema-esquerda e advertiu: «será bom que a direita portuguesa, por via do medo ao Partido Comunista, não se lance nos braços de um novo Pinochet, contra o qual nós nos oporemos fortemente».

Após 43 horas de debates, eram já quase seis da manhã do dia 8 de Dezembro quando se procedeu à votação da moção de confiança, estando completas as bancadas dos deputados — com excepção do deputado Galvão de Melo —, repletas as tribunas da Imprensa e apinhadas as galerias. Contados os votos, o resultado final foi de 159 votos contra a moção (provenientes do PSD, do CDS, do PCP, da UDP e de cinco independentes) e 100 votos a favor, dos deputados do PS.

## CONTACTOS PARA FORMAÇÃO DE NOVO GOVERNO

No próprio dia em que o Governo foi derrubado, o general Ramalho Eanes iniciou os contactos oficiais com os partidos, com vista à formação do segundo Governo Constitucional. Ao mesmo tempo, o Presidente da República assinou o decreto de exoneração do Governo presidido por Mário Soares e, para evitar a paralização da administração pública, decidiu que os membros do Governo cessante assegurassem a gestão dos assuntos correntes do Estado, até que seja constituído o novo Governo. Paralelamente, os cinco partidos representados na Assembleia da República, convocados para o Palácio de Belém, transmitiram ao Presidente da República os seus pontos de vista sobre a forma de resolver a situação criada pela queda do Governo e, em declarações proferidas após as respectivas audiências com o general Ramalho Eanes, foram unânimes em reconhecer a necessidade de criar, antes de mais, uma plataforma política pela qual o futuro Governo se deverá reger.

Assim, num clima de normalidade democrática e dentro de absoluta serenidade em todo o País, aguarda-se a evolução desta crise governativa. Pensa-se que o general Ramalho Eanes, depois de ter consultado o Conselho da Revolução e ao voltar da sua viagem à Alemanha Federal, tomará a iniciativa de brevemente convidar a personalidade que, como Primeiro-ministro, deverá vir a constituir o II Governo Constitucional.



*O PCP só revelou a sua decisão no momento da votação, ao passo que todos os outros partidos já haviam anunciado anteriormente as respectivas intenções de voto. Na imagem, a primeira fila do grupo parlamentar do PCP levanta-se, cotando contra o Governo*



A pintora Maria Helena  
Vieira da Silva

## VIEIRA DA SILVA HOMENAGEADA PELO GOVERNO PORTUGUÊS

A pintora Maria Helena Vieira da Silva foi condecorada na Embaixada de Portugal em Paris, com a Grã-Cruz da Ordem de Santiago, numa cerimónia a que estiveram presentes grandes nomes da cultura francesa, como Chagall, Susanne Delaunay e Simone Weill, entre outros. Recorde-se que Vieira da Silva, um dos maiores pintores deste século, nasceu em Lisboa, naturalizando-se depois francesa. Neta de Silva Graça, fundador de «O Século», Vieira da Silva nasceu em Junho de 1908. A sua obra está representada nos maiores Museus do mundo e em numerosas colecções particulares.

Vieira da Silva  
autoretrato





# MORREU ARLINDO VICENTE

*Uma das últimas fotos de Arlindo Vicente*



Vitimado por um enfarte do miocárdio, faleceu em Lisboa o dr. Arlindo Vicente, conhecido advogado, pintor, poeta e jornalista. Para além do seu valor profissional e artístico, do seu civismo modelar, e da sua luta intransigente pela democracia, Arlindo Vicente, convém acentuar, foi um declarado combatente anti-fascista, erguendo-se por tal a sua figura e impondo-se ao País, como símbolo de unidade, quando apresentado pela Oposição Democrática, em 1958, como candidato à Presidência da República.

Nessa já recuada «campanha eleitoral» de 1958, sujeita aos condicionamentos e à repressão fascista, outro grande vulto surgiu a querer libertar o País com a sua bravura militar, o «general sem medo», Humberto Delgado. Mas veio a reconhecer-se, por interesse nacional e para não dividir os votos da Oposição Democrática, a necessidade da unificação das duas candidaturas, pelo que Arlindo Vicente desistiu a favor do malgrado general Humberto Delgado, com plena urbanidade, o que se registou no histórico encontro que os dois candidatos tiveram em Almada na sede da colectividade recreativa e cultural «Academia Almadense».

Arlindo Vicente, que nasceu a 5 de Março de 1906 no Tróviscal, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1932, e exerceu a advocacia em Lisboa, até 1973, ano em que se reformou dada a sua avançada idade.

Quando estudante em Coimbra, organizou em 1927 o 1.º Salão dos Estudantes. Em Lisboa, com Diogo de Macedo, António Pedro Tavares e Mário Eloy, organizou o 1.º Salão dos Independentes, tendo exposto trabalhos seus que, na época, representaram uma «revolução» nas artes plásticas portuguesas. Organizou também com outros artistas a «Exposição Geral de Artes Plásticas», realizada na «Sociedade de Belas Artes», onde, em 1973, esteve patente uma retrospectiva das suas pinturas mais significativas. Deixou ainda diversa colaboração publicada em jornais diários e nomeadamente, na revista «Presença», onde assinou artigos sobre artes plásticas.



Solar de Mateus (Vila Real): notável edifício do século XVII, agora transformado em museu

## CASA MATEUS

A Casa de Mateus, em Vila Real, abriu as suas portas para a sessão inaugural de uma série de colóquios em torno do tema «Cultura e Descentralização». A iniciativa coube ao anfitrião da Casa de Mateus, Fernando Mangualde, que procurou organizar estes colóquios, com o objectivo de levar a cultura àquela

região, através da presença de diversos escritores, homens de letras e de teatro. Entre os participantes previstos, destaca-se a presença do poeta Miguel Torga, que raramente surge em público, a quem foi dedicado um dia de homenagem, com leituras de poemas seus. A Secretaria de Estado da Cultura, a Fundação Gulbenkian e um membro da comissão do «Ano do Património Arquitectónico», fizeram-se representar na sessão inaugural, respectivamente, pelo dr. David Mourão-Ferreira, dr. Azeredo Perdigão e pelo professor Viana de Lima.



Miguel Torga  
(foto de arquivo)

## notícias breves

### 10 PRÉMIOS PARA INVENTORES PORTUGUESES

Foram premiados dez dos doze portugueses presentes no «Salão Internacional de Inventores de Genebra». A distribuição de prémios teve lugar no Palácio das Exposições, sendo o Grande Prémio do certame atribuído ao inventor francês Ngo Van Chuc, que apresentou um aparelho electrónico que permite a reprodução à distância do som proveniente de qualquer fonte sonora, sem ligação por fio.

Os premiados portugueses são os seguintes: Roberto Lima (terminais para baterias), medalha de prata; Cláudio Ferreira Vieira (motor sem bielas), medalha de prata; José Martins da Gama (desarrancador para porcas), medalha de bronze; António Espada (válvula para gases), medalha de prata; Luís de Oliveira Jr. (alarme para evitar derrapagens), medalha de bronze; Nunes da Paz (corta-circuitos para veículos automóveis), medalha de bronze; Lopes de Sousa (máquina para limpeza de azeitona), medalha de ouro; Pinto Varela (fechadura de segurança), medalha de ouro; Baptista Lourenço (válvula de segurança para torneiras), medalha de prata; Brito Pinção (sistema de rolamento sem fricção), medalha de prata.

### DIVULGAR O BRINQUEDO

Talvez incentivada pela exposição sobre brinquedos recentemente realizada em Lisboa, no Palácio Foz, foi fundado, também nesta cidade, o «Círculo de Divulgação do Hobby e do Brinquedo», associação com objectivos recreativos e culturais. O grupo propõe-se formar núcleos de modelistas e aquarífilistas, estando já a editar a revista «Hobby».

# O APROVEITAMENTO DO VALE DO MONDEGO

O Governo autorizou, recentemente, a execução das obras de regularização do leito central do rio Mondego, a jusante de Coimbra. A firma nacional a quem foi adjudicado o empreendimento, propõe-se cumprir todas as disposições inseridas no caderno de encargos e dar as obras por concluídas até fins de Dezembro de 1980.

Este projecto que faz parte do plano geral do aproveitamento hidráulico do rio Mondego, esteve aberto a um concurso internacional e os investimentos que no momento lhe estão atribuídos, ultrapassam o montante de um milhão e meio de contos.

As obras de regularização do caudal do Baixo Mondego (de Coimbra à Figueira da Foz), compreendem a abertura e o alargamento de um canal central no leito do rio, numa extensão de 37 km, que vai desde o açude de Coimbra até ao Armazém de Lavos, seguindo-se, numa outra fase, a abertura de leitos periféricos ao longo de ambas as margens do rio, a construção de colectores e da rede secundária de escoamento, e de distribuidores de rega. Quando concluídas, estas obras contribuirão para a produção de energia, permitindo ainda obstar às avalanches ocasionadas pelas cheias, regularizar o abastecimento de água, especialmente através da criação de um «plano de água» em frente da cidade de Coimbra, e concorrendo também para a defesa dos campos marginais e para a rega, drenagem e enxugo dos mesmos, em toda a extensão do Baixo Mondego.

Fundamentalmente, este projecto

Lavadeiras na margem do rio Mondego, em frente à cidade de Coimbra



# O APROVEITAMENTO DO VALE DO MONDEGO

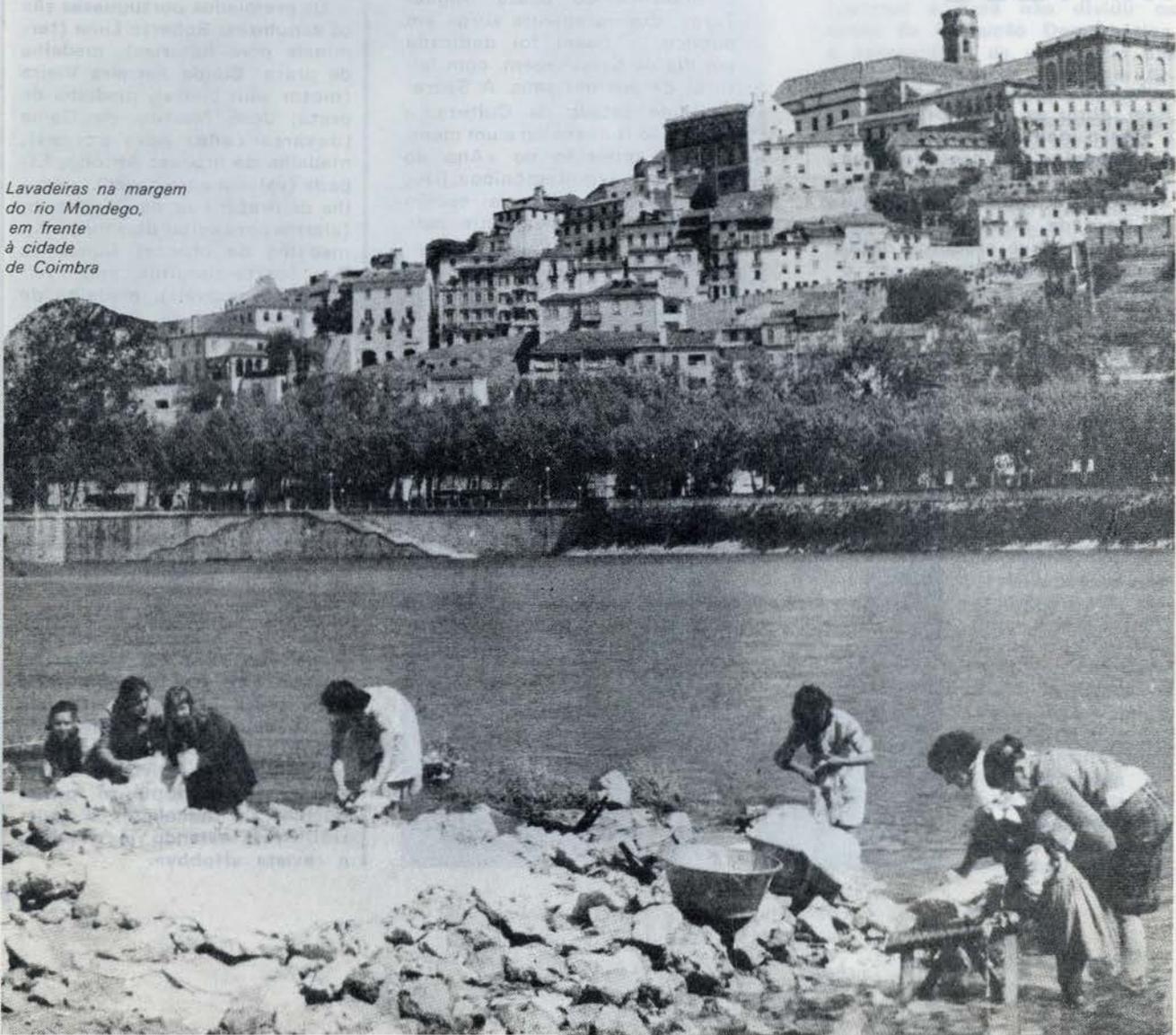
O Governo autorizou, recentemente, a execução das obras de regularização do leito central do rio Mondego, a jusante de Coimbra. A firma nacional a quem foi adjudicado o empreendimento, propõe-se cumprir todas as disposições inseridas no caderno de encargos e dar as obras por concluídas até fins de Dezembro de 1980.

Este projecto que faz parte do plano geral do aproveitamento hidráulico do rio Mondego, esteve aberto a um concurso internacional e os investimentos que no momento lhe estão atribuídos, ultrapassam o montante de um milhão e meio de contos.

As obras de regularização do caudal do Baixo Mondego (de Coimbra à Figueira da Foz), compreendem a abertura e o alargamento de um canal central no leito do rio, numa extensão de 37 km, que vai desde o açude de Coimbra até ao Armazém de Lavos, seguindo-se, numa outra fase, a abertura de leitos periféricos ao longo de ambas as margens do rio, a construção de colectores e da rede secundária de escoamento, e de distribuidores de rega. Quando concluídas, estas obras contribuirão para a produção de energia, permitindo ainda obstar às avalanches ocasionadas pelas cheias, regularizar o abastecimento de água, especialmente através da criação de um «plano de água» em frente da cidade de Coimbra, e concorrendo também para a defesa dos campos marginais e para a rega, drenagem e enxugo dos mesmos, em toda a extensão do Baixo Mondego.

Fundamentalmente, este projecto

Lavadeiras na margem do rio Mondego, em frente à cidade de Coimbra



de suporte, de valas de irrigação e de barragens móveis com comportas e eclusas.

## AS OBRAS NO AÇUDE DE COIMBRA

Convém recordar que as obras do rio Mondego não se limitam àquelas que referimos no começo. O empreendimento estende-se também ao Alto Mondego, onde estão a construir-se a barragem da Agueira; um pouco mais abaixo as obras do açude da Raiva e, em frente de Coimbra, o açude do mesmo nome.

O açude de Coimbra, do tipo «barragem móvel», actualmente a ser construído entre a Estação Velha e a Estação Nova, faz parte do desenvolvimento do Baixo Mondego e será um complemento indispensável das obras que acima se mencionam, localizadas a montante do rio.

Esse açude destina-se a garantir a regularização do caudal do rio que tem naquele local 170 metros de largura, permitindo ao mesmo tempo a manutenção regular, durante todo o ano, de um belíssimo lençol de água em frente da cidade, e ainda as obras de saneamento básico que servirão especialmente a zona ribeirinha. Está a ser lançado um tabuleiro rodoviário com 22,40 metros de largura que, coroando o açude, fará a ligação entre o norte e o sul do País, desviando assim o intenso trânsito que passa pelo centro de Coimbra.

## A BARRAGEM DA AGUEIRA E O AÇUDE DA RAIVA

Encontram-se em fase já adiantada de construção as obras do açude da Raiva e, subindo o rio, um pouco acima, na foz do afluente Dão, a barragem da Agueira.

Esta barragem que dará lugar a uma albufeira de 40 km, é certamente uma das obras-chave do plano de aproveitamento do Mondego, no qual se destaca pela sua grande dimensão, capacidade de armazenamento total de água (cerca de 430 milhões de metros cúbicos) e fornecimento de energia. Quando pronta, a barragem poderá fornecer, em ano médio, mais de 250 GWh de energia, valor que será aumentado em 20% (ou seja

50 GWh por ano), logo que estiver concluído o açude da Raiva, de onde será bombeada água para a albufeira da Agueira.

Estas obras se, por um lado, virão alagar mais de cem fogos pertencentes às povoações de Breda, Foz do Dão, Senhora da Hora e Alambique, por outro, contribuirão para uma melhoria sensível da rede de estradas, através da construção de dez pontes; entre outras, podemos citar a de Cunhede, sobre o rio Mondego, a da Foz do Dão (ambas com 300 metros de comprimento), a de Santa Comba Dão (com 206 metros), a do Vimieiro (com 118 metros) e a do Criz (com 340 metros). Encontram-se ainda em construção, a ponte da Figueira da Foz, algumas variantes de estradas nacionais (numa extensão de 27,5 km) e a protecção a certos troços da via férrea que vai para Vilar Formoso. Acrescente-se que se encontram muito adiantados estes trabalhos de restabelecimento das vias de comunicação que serão afectadas pelas albufeiras acima mencionadas, e que em breve se iniciará a construção da barragem de Fronhas, no rio Alva.

## FINANCIAMENTOS ASSEGURADOS

O financiamento total do empreendimento, segundo afirmou o secretário de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, Morais Barroco, importará em mais de quatro milhões e meio de contos que serão aplicados na ponte-açude de Coimbra (quase 250 mil contos) na rede de enxugo (quase 450 mil contos) na defesa contra as cheias (perto de um milhão de contos), na irrigação (775 mil contos), nas obras de drenagem da cidade de Coimbra (mais de 60 mil contos), na expropriação de terrenos (num total de 1200 hectares), no pagamento de juros, etc.

Para a adjudicação da empreitada que agora se fez, contou-se com um financiamento parcial da Alemanha Federal, no valor de 70 milhões de marcos (à volta de um milhão de contos).

Com a progressiva realização do plano, aumentará a produção das culturas outono-estivais, os efectivos pecuários subirão para um total de 15 mil cabeças, e introduzir-se-á o cultivo das forragens tão necessário à pecuária portuguesa.

## TRANSFORMAR A REGIÃO CENTRO DO PAÍS

Como se depreende do que fica escrito, o aproveitamento do Vale do Mondego abrange toda a região das Beiras e permitirá aproveitar as potencialidades que a fertilidade dos seus campos oferece. Este aproveitamento de verdadeiros filões de riqueza, até ao momento inexplorados, contribuirá decisivamente para uma efectiva promoção sócio-económica das populações. Basta dizer que, globalmente, o plano beneficiará mais de 700 mil habitantes, distribuídos por 40 concelhos, de cinco distritos, numa área de 15 mil hectares, aproximadamente.

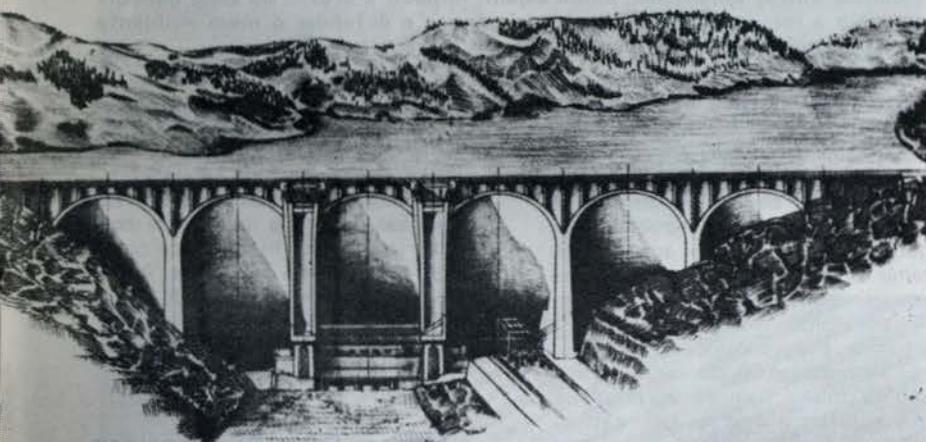
Será portanto possível transformar substancialmente a vasta região do centro de Portugal, através da exploração agrícola e pecuária que será muito desenvolvida e das actividades agro-industriais que lhe estão adstritas. Prevê-se que o valor da produção bruta da zona, suba de 300 mil contos, actual montante, para mais de 900 mil contos (a preços de 1975).

As soluções previstas no empreendimento encontram-se quase todas em fase adiantada de execução e compreendem obras de defesa contra as cheias e de regularização dos cursos de água, a criação de uma vasta e eficiente rede de enxugo e de rega dos terrenos, o abastecimento de água às populações e às indústrias locais, a produção de energia eléctrica e ainda o incremento do turismo, pois será viável a criação de praias artificiais, de estâncias de repouso, e o fomento de actividades desportivas (pesca, remo, vela e natação).

*Esquema geral das obras de regularização e aproveitamento do Baixo Mondego (Coimbra-Figueira da Foz)*

*Esboço da barragem da Agueira*

*Fase actual de construção da citada barragem*



## notícias breves

### FROTA MERCANTE

O Plano de Investimentos das Empresas do Estado, no que diz respeito à renovação da frota mercante nacional, prevê um programa de construção de 22 navios, três dos quais serão construídos pela Setenave. O investimento global previsto é da ordem dos cinco milhões de contos e o programa deverá estar concluído dentro de dois anos.



### RECURSOS HÍDRICOS

Um conjunto de técnicos está a desenvolver esforços para criar a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Os objectivos desta Associação estão consagrados nos estatutos já aprovados em Assembleia Geral: estudar e contribuir para a resolução de problemas derivados da crescente gravidade da carência de água em certas épocas do ano e da sua poluição em algumas regiões do país.

### OBRAS DE ELECTRIFICAÇÃO

Por despachos agora publicados no «Diário da República», foram concedidas as seguintes participações, no total de 6 038 690\$00:

— À Câmara Municipal de Arganil, 277 020\$00, para as linhas de alta tensão destinadas a permitir a electrificação dos lugares de Mancelavisa (da freguesia

notícias  
previas

# A FLORESTAÇÃO DO PAÍS

Em entrevista à ANOP, o secretário de Estado das Florestas, Azevedo Gomes, revelou que se encontra em fase de acabamento o novo plano florestal, e que, ao mesmo tempo, estão a ser programadas medidas destinadas a valorizar as áreas florestais existentes e a permitir o repovoamento de muitos outros terrenos sub-aproveitados.

A elaboração e a execução desse plano florestal tem em vista permitir uma melhor exploração industrial dos bens do sector e, indirectamente, alcançar outros benefícios, como sejam: impedir a erosão do solo, concorrer para a regularização do regime de águas e defender o meio ambiente contra a poluição que vai crescendo dia a dia.

## A QUALIDADE DOS TERRENOS

Os dados já recolhidos nestes estudos permitem concluir que apenas 27 por cento dos solos nacionais se podem incluir nas três melhores categorias de terrenos, isto é, apenas essas terras possuem boas condições para aproveitamento agrícola. Mesmo assim, 40 por cento delas correspondem a solos de terceira categoria, ao passo que os restantes 60 por cento do total são de quarta e quinta qualidade, o que equivale a dizer que se trata de solos com pouca quantidade de terra e predominância de rocha. Poderá afirmar-se, em resumo, que um terço do solo do nosso país é cultivado, outro terço é arborizado, restando uma terceira parte de solo para ser arborizado ou para outros fins.

Por estes motivos e também porque não é fácil, de momento, transformar grandes superfícies sub-aproveitadas em terrenos aráveis e cultiváveis, é que se optou por um programa de florestação que vai abranger três milhões de hectares, em diversos locais do País. Esse projecto que já começou a ser executado, proporcionará, no futuro, uma melhoria e enriquecimento dos terrenos, dado que as próprias árvores agora plantadas, fornecerão a matéria orgânica necessária para formação do húmus.

Por outro lado, segundo as estima-

tivas conhecidas e atendendo às necessidades da indústria nacional de celulose, a produção de eucalipto começa a não ser suficiente. Essa falta agravar-se-á ainda mais quando entrar em actividade uma nova unidade de produção (a Celangol-Bracel), cuja construção está prevista para breve. Acontece o mesmo com a madeira de pinho, cuja produção também é e será insuficiente, se não se intensificar o repovoamento das áreas destruídas pelos incêndios.

## A EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS PARA A CEE

Nesta perspectiva e tendo em conta que os produtos florestais representam um sector considerável na nossa economia, Azevedo Gomes sublinhou na entrevista dada à ANOP: «Teremos que defender, através das redes alfandegárias, a entrada de determinados produtos e teremos que ser capazes de colocar nos países do Mercado Comum aquilo que formos capazes de produzir aqui, a preços de concorrência e qualidade». Como estes países não são auto-suficientes em produtos de origem florestal, isso é mais uma razão para Portugal se apressar a desenvolver o sector, uma vez que possui excelentes condições de clima e de solos, para se tornar um país de índole marcadamente florestal.



O facto de podermos aumentar bastante a exportação de produtos lenhosos é ainda mais relevante se nos lembrarmos de que o nosso País, disfrutando de uma grande variedade de zonas ecológicas, pode plantar vários tipos de árvores e, por consequência, diversificar os produtos que exportará para os mercados estrangeiros. Neste aspecto, basta dizer que, nos primeiros seis meses de 1977, as exportações de produtos florestais atingiram um aumento recorde de 41 por cento (valor de 6,5 milhões de contos) e que entre os produtos exportados, a cortiça ocupou o primeiro lugar (com 2,8 milhões de contos) seguindo-se a celulose (com 1,9 milhões de contos), a madeira (com 1,2 milhões de contos), e os produtos resinosos (com 554 mil contos). Estes números representam um significativo aumento se os compararmos com os de 1976, ano em que, globalmente, os produtos florestais somaram 20 por cento das exportações totais do país, atingindo o valor de onze milhões de contos.

## O PLANO FLORESTAL

Até agora, as estimativas de produção de material lenhoso baseiam-se num inventário que data da década

de 60 e que foi posteriormente actualizado, tendo em conta as quebras no ritmo de florestação, surgidas depois de 1974.

Entretanto e para além de outros elementos relacionados com lugares e espécies de árvores a plantar (eucalipto, pinho, carvalho, castanheiro), o plano de florestação inclui a inventariação do parque industrial disponível e das unidades fabris a construir e a prospecção das necessidades dos mercados externos. Com isto, pretende-se ficar a saber, com segurança, qual será a procura interna e externa de produtos florestais, até ao ano 2000.

O programa prevê ainda o estabelecimento das vias de comunicação necessárias à ligação entre as grandes massas florestais, de modo a facilitar o escoamento da produção e, em caso de incêndio, a prestação de auxílio. Este projecto viário, com mais de 10 quilómetros de estradas rurais, dotará de vias de comunicação, muitas povoações serranas até agora isoladas.

Nesta data, encontram-se já em fase adiantada, as obras de florestação em Alcácer do Sal, Castelo Branco e em várias localidades de Trás-os-Montes, numa superfície de mais de 25 mil hectares, seguindo-se mais 50 mil hectares que serão florestados até ao ano de 1980.

## notícias breves

de Folques), Barreiros, Chãs de Égua, Covita, Eira da Boucha, Foz de Barreiros, Moinhos e Pés Escaldados (da freguesia de Piódão); e 736 560\$00, para as obras de electrificação dos mesmos lugares e ainda de Vale do Torno (Pomares) e Poços (S. Martinho da Cortiça);

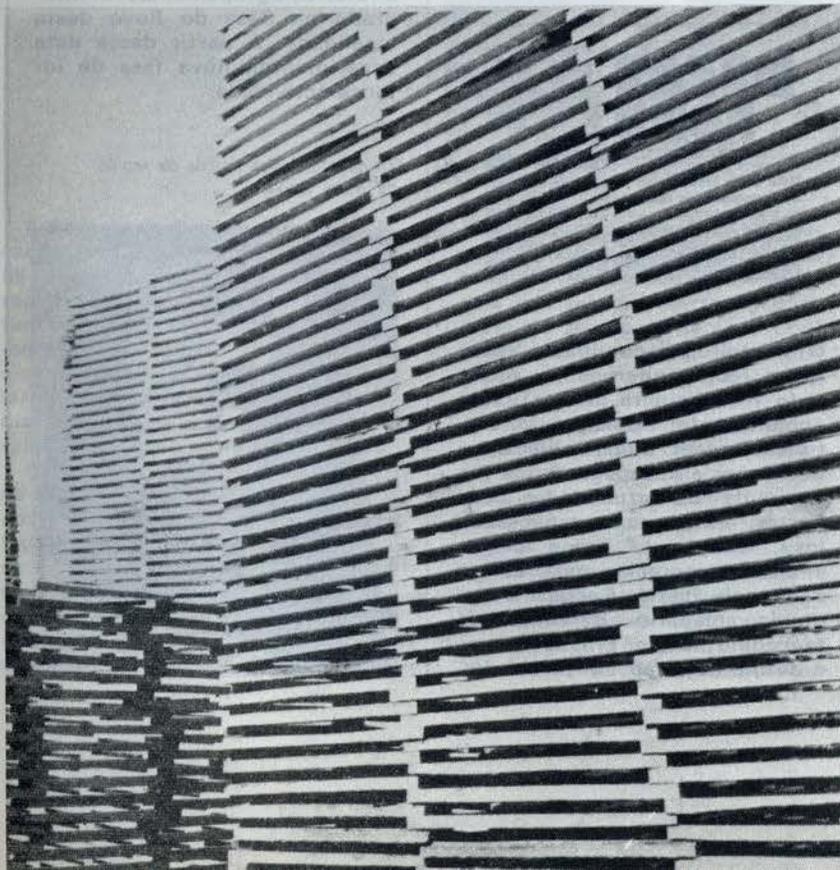
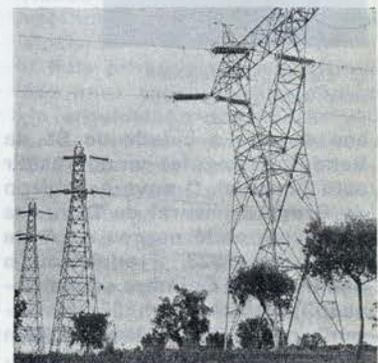
— À Câmara Municipal de Góis, 558 090\$00, para electrificação de Amiosinho e Caniçal (Álvares);

— À Câmara Municipal da Lousã, 215 460\$00, para electrificação de Lavegadas e Vales (Lousão);

— À Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, 887 040\$00, para electrificação de Brejo de Baixo e de Cima (Janeiro de Baixo), e 1 073 520\$00 para electrificação de Lobatinhos, Lobatos, Signo Samo, e Sobral Magro (Pampilhosa da Serra);

— À Câmara Municipal de Tábua, 91 200\$00, para a linha de alta tensão para a Quinta do Vale de Asna (Covas);

— À Federação de Municípios do Distrito de Castelo Branco, para electrificação dos seguintes lugares do concelho de Oleiros: Caneiros, freguesia de Cambas (377 400\$00); Brejas do Barco, Estremanças de Baixo e de Cima, Reboucinhas de Baixo e de Cima, freguesia de Cambas (680 contos); e Adgiraldo, Casas da Zebreira e Foz Giraldo, freguesia de Orvalho (1 142 400\$00).



## ARCOS DE VALDEVEZ

### CENTRO CULTURAL

Foi já entregue à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, para aprovação, o projecto para a construção da primeira fase do Centro Cultural desta localidade. No edifício ficarão instalados os serviços de administração e secretaria, bar, sala de convívio, gabinetes de trabalho e salas para aulas de música e canto coral. Numa segunda fase, será construído um auditório polivalente. A obra, que será realizada nos terrenos onde funciona a escola do Ciclo Preparatório, vai absorver na primeira fase, cerca de 2020 contos, inserindo-se no plano de ajuda internacional ao nosso País.

## BRAGA

### NOVO ARCEBISPO

Para substituir D. Francisco Maria da Silva, que faleceu este ano, a Santa Sé Apostólica Romana nomeou D. Eurico Dias Nogueira, que há cerca de um



D. Eurico Dias Nogueira, novo arcebispo de Braga

ano deixara a cidade de Sá da Bandeira (Angola) vindo residir para Portugal. O novo Arcebispo de Braga é natural de Dornelas do Zêzere onde nasceu em 6 de Março de 1923. Frequentou o Seminário de Coimbra e foi ordenado presbítero em 22 de Dezembro de 1945. É laureado em Direito Canónico pela Universi-

dade Gregoriana que frequentou em Roma e serviu como professor, Promotor de Justiça e consultor jurídico da Cúria diocesana, capelão da Universidade, chefe de redacção do «Correio de Coimbra», tendo colaborado em vários jornais e revistas. Foi Bispo de Vila Cabral (Moçambique), até ser nomeado, agora, para a Arquidiocese bracarense. Ocupará nesta cidade o lugar de 56.º Arcebispo, depois da restauração da diocese, facto ocorrido no ano de 1070.

## FIGUEIRA DA FOZ

### DOIS NOVOS JORNAIS

Acabam de ser lançados dois novos semanários nesta cidade.



Director: FRANCISCO M. ANTUNES • Subdirector: CARLOS A. REJA



ESTÁ BARRA...

Uma certa forma de resistência ao fascismo

2 barras e meio de barra

O primeiro, denominado «Mar Alto» (cujo endereço é: Apartado 106, Figueira da Foz), tem como director Francisco M. Antunes e tem como objectivos noticiosos a «propaganda da Figueira da Foz, actualidades, desportos, literatura e espectáculos», adoptando como divisa «Pela Democracia, pela Liberdade, pela Justiça Social». O segundo semanário, «Barca Nova», tem como director Wilson Nunes, e define-se como um jornal de-

mocrático, propondo-se defender os interesses das populações, sem contudo esquecer os interesses locais e regionais que se articulam num todo nacional, como se afirma no editorial do seu primeiro número.

## MONSANTO

### RANCHO FOLCLÓRICO

Atendendo a um convite, que vinha a ser formulado há cinco anos consecutivos, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Monsanto deslocou-se recentemente à Jugoslávia a fim de participar no «XII Festival Internacional de Folclore de Zagreb», onde milhares de pessoas aplaudiram as danças e cantares do nosso País. À despedida, o embaixador de Portugal neste país sublinhou o importante contributo prestado por este rancho folclórico para o intercâmbio cultural entre os dois povos, como jamais havia sido conseguido.

O Rancho Folclórico de Monsanto foi fundado em 1938. Em 1975, altura de grave crise para o referido agrupamento, foi integrado na Casa do Povo desta localidade. A partir dessa data experimentou nova fase de intensa actividade.

Monsanto: trajes típicos da região da Beira Baixa



## AÇORES

### APOIO OFICIAL ÀS FILARMÓNICAS



*Bandas filarmónicas portuguesas do início do século*



A Secretaria Regional da Educação e Cultura concedeu às 98 filarmónicas e bandas da região um subsídio, no montante de 1 205 000\$00. Recorde-se que, até agora, as filarmónicas eram apoiadas com irregularidade e na medida do interesse dispensado aos assuntos culturais pelas extintas Juntas Gerais.

Ultimamente, só a Junta Geral da Horta concedia regularmente um subsídio, tendo mesmo um inventário de todas as bandas existentes na área da sua jurisdição; a Junta Geral de Angra do Heroísmo não concedia qualquer tipo de subsídio há cerca de 10 anos; e a Junta Geral de

Ponta Delgada concedia-os irregularmente, por solicitação dos grupos interessados, o que equivale a dizer que certos grupos eram de tempos a tempos contemplados e outros se mantinham sem qualquer espécie de ajuda.

Desde que a Secretaria Regional da Educação e Cultura entrou em funções, estabeleceu, como meta, elaborar um inventário de todas as bandas de música da região, a fim de se decidir por um apoio comum a todas e sem sem discriminações. Esse inventário permitiu à S.R.E.C. concluir que na região existem cerca de 20 por cento das filarmónicas

do País, o que em termos percentuais é verdadeiramente significativo do interesse que os açorianos têm dedicado ao desenvolvimento das actividades musicais.

Pela primeira vez nos últimos dez anos todas as filarmónicas do arquipélago dos Açores vão, pois, receber um subsídio, o qual, embora pequeno, permitirá desagrar situações financeiras negativas e que dificultavam a sua existência. No próximo ano, e de acordo com a situação financeira desta Região Autónoma, novos subsídios serão atribuídos pela S.R.E.C. aos mesmos grupos.

## AÇORES

REAPARECE  
O MAIS ANTIGO  
JORNAL  
PORTUGUÊS

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS



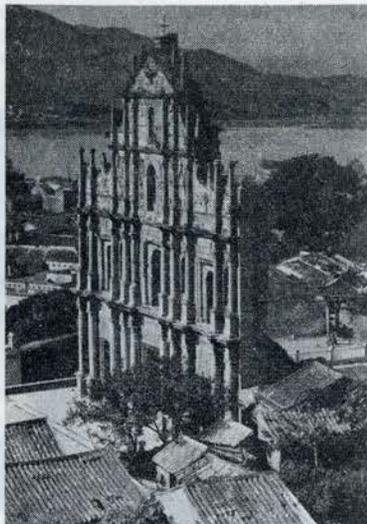
O «Açoriano Oriental», o mais antigo jornal do nosso País e o segundo da Europa, a seguir ao londrino «Daily Mail», poderá vir a sair novamente, depois de ter interrompido a sua publicação em Dezembro de 1976. O matutino «Açores», de Ponta Delgada, noticiou o possível aparecimento, para Fevereiro próximo, deste velho semanário. Após a sua suspensão por razões de ordem técnica, o jornal foi adquirido pela «Impraçor», que instalou um novo parque gráfico e está a preparar a edição dos números em atraso.

O «Açoriano Oriental» foi fundado em 18 de Abril de 1835 pelo deputado António de Vasconcelos. O jornal, fiel aos ideais da revolução de Setembro de 1820 — liderada por Gomes Freire de Andrade, António Silveira, Fernando Tomás, Ferreira Borges e Silva Carvalho — manteve no século passado uma orientação liberalizante, nas tradições da nossa democracia vintista.

Após o 25 de Abril, no momento em que estava a ser publicado como semanário, o periódico reatou o seu rumo político progressista inicial, mas viu-se confrontado com crescentes dificuldades financeiras. O reaparecimento do «Açoriano Oriental», quase já instituição do nosso património histórico, não deixará de constituir factor de incremento na difusão da cultura e informação no arquipélago.

## MACAU

Macau: ruínas  
da catedral de S. Paulo



## FESTIVAL DE «JAZZ»

Durante três dias, Macau teve oportunidade de apreciar um festival de «jazz», em que actuaram músicos do Japão, Índia, Filipinas e Hong-Kong e ainda a cantora Joya Scherrill, que durante vários anos actuou com o célebre Duke Ellington.

Luís Villas-Boas, organizador dos festivais de «jazz» que têm decorrido anualmente em Cascais (Lisboa), esteve também em Macau e desempenhou papel importante na ligação entre o público e os músicos, que interpretaram temas dos mais conhecidos compositores. O festival realizou-se durante a «Semana Cultural de Macau», coincidindo com o «XXIV Grande Prémio de Automobilismo». Entretanto, fontes oficiais anunciaram que, face ao sucesso deste festival, se prevê a realização de outro, no próximo ano, com nomes internacionais do «jazz».

## MONTALEGRE

### NOVO MUSEU

Com a presença de um representante do governador civil de Vila Real e do arcebispo de Lamego, foi inaugurado um museu arqueológico na torre de menagem do Castelo de Montalegre.



Montalegre: vista do castelo e da sua torre de menagem



# SANTARÉM

## FESTIVAL DO FILME AGRÍCOLA

O Festival Internacional de Cinema de Santarém (VII Festival do Filme Agrícola e de Temática Rural) constituiu renovado êxito. O certame foi organizado por Fernando Duarte, director da revista de cinema «Celulóide» e do jornal regional «Ribatejano Ilustrado». A organização teve o apoio técnico e financeiro do Ministério da Agricultura e Pescas (Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e Serviço de Informação Agrícola), Secretaria de Estado da Cultura (Direcção-Geral da Acção Cultural, Instituto Português de Cinema e Cinemateca Nacional), Secretaria de Estado do Ambiente (Comissão Nacional do Ambiente) e ainda do Governo Civil, Junta Distrital, Câmara Municipal e Comissão Municipal de Turismo de Santarém. O Júri Internacional foi constituído pelos cineastas Manuel Duran (Espanha) e Lucian Durdeu (Roménia) e

pelos portugueses António Félix da Cruz (realizador e técnico agrário) e José de Matos-Cruz (crítico de cinema do vespertino «Diário Popular», e das revistas «Plateia» e «Celulóide») tendo exercido as funções de secretário do Júri o crítico Avelino Dias.

Foram 19 os países participantes: Alemanha Federal, Brasil, Canadá, Checoslováquia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Itália, Japão, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Turquia e URSS.

A lista dos prémios desta 7.ª edição do Festival do Filme Agrícola e Temática Rural foi a seguinte:

### DOCUMENTÁRIOS

#### Secção Ensino e Vulgarização:

1.º Prémio (Cacho de Ouro): «Pneus das Máquinas Agrícolas», de Manuel Duran (Espanha).

#### Secção Documentação e Cultura:

1.º Prémio (Cacho de Ouro): «O Outro Mundo», de Claudia Overing (Canadá).

#### Secção Meio Ambiente:

1.º Prémio (Cacho de Ouro): «Aconteceu Silêncio», de Sousa Martins (Portugal).

#### Secção Relações Públicas:

1.º Prémio (Cacho de Ouro): «Deolinda da Seara Vermelha», de Luís Gaspar (Portugal).

### LONGAS METRAGENS

#### Grandes Prémios (Cachos de Ouro):

«O Autocarro» (Le Bus-The Bus), de Bay Okan (Suíça/Turquia).

«Derzu Uzala», de Akira Kurosawa (URSS).

«Berlinger», de Alf Brustellin e Bernhard Sinkel (Alemanha Federal).

#### Prémio Cidade de Santarém:

«Terra de Abril», de Phillippe Costantini (França).

#### Prémio da Revista «Celulóide»:

«Heinrich», de Helma Sanders (Alemanha Federal).

#### Prémio da Crítica:

«Casanova», de Frederico Fellini (Itália).

#### Menção honrosa:

«Gente do Norte», de Leonel Brito (Portugal).

Recorde-se que este Festival, criado em 1970 e tendo como objectivos dinamizar, estimular, fomentar e facilitar o acesso à cultura e divulgar os problemas do Homem e da Natureza — razão de se designar também «Festival do Filme Agrícola e de Temática Rural» —, tem, de facto, contribuído, numa zona essencialmente rural, para a divulgação de estruturas e técnicas avançadas, algumas adaptáveis à agricultura portuguesa. Daí que seja um acontecimento cultural de marcante importância não só para Santarém e seu distrito, como para todo o País.

## COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

ACORDO  
ASSINADO  
EM MADRID

O novo Tratado de Cooperação Luso-Espanhola, assinado pelo Primeiro-ministro português durante a visita oficial que efectuou a Madrid, veio abolir definitivamente o chamado «Pacto Ibérico» — estabelecido em 1939 pelos ditadores Salazar e Franco — que visava, exclusivamente, garantir a defesa mútua dos regimes fascistas então existentes nos dois países. O acordo agora ratificado consagra diversas formas de intercâmbio económico, científico e cultural entre Portugal e Espanha, pretendendo-se, com a sua aplicação, imprimir maior dinamismo às relações entre ambos os Estados.

Recorde-se que o obsoletismo do «Pacto Ibérico» foi pela primeira vez denunciado oficialmente no encontro que se realizou na Guarda, em princípios de 1976, entre o major Melo Antunes e José Maria de Areilza, na altura ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de Espanha, respectivamente. A intenção de revogar esse «Pacto» e de o substituir por um tratado de verdadeira utilidade para as relações luso-espanholas foi mais claramente delineada quando o general Ramalho Eanes se deslocou oficialmente a Espanha, em Maio de 1977.

REFORÇO DA COOPERAÇÃO  
LUSO-ESPAÑHOLA

No texto do novo acordo — assinado pelo Primeiro-ministro português e pelo seu homónimo espanhol, Adolfo Suarez — afirma-se que «o reforço da cooperação entre os dois países peninsulares servirá a causa da unidade europeia e contribuirá para a paz e segurança internacionais, criando uma zona geográfica de estabilidade». A seguir, é manifestada a vontade de manter «uma prática de boa vizinhança e de múltipla cooperação, quer no plano bilateral, quer no quadro das organizações internacionais» de que Portugal e Espanha são membros. Sublinha-se, igualmente, que os dois Estados se abstêm «de qualquer ingerência» nos assuntos próprios da outra parte, reafirmando-se a «inviolabilidade das suas fronteiras comuns e a integridade dos seus territórios».

No que respeita aos vários domínios concretos de cooperação, o acordo menciona o desejo conjunto de estimular «o desenvolvimento equilibrado e mutuamente

Madrid: Mário Soares e Adolfo Suarez assinam o tratado de amizade e cooperação entre Portugal e Espanha, o qual abre novas perspectivas para as relações entre os dois países e põe termo ao denominado «Pacto Ibérico», instituído em 1939 por Franco e Salazar





Palácio dos Congressos (Madrid): os Primeiros-ministros de Portugal e Espanha inauguram oficialmente a exposição sobre cultura portuguesa



**EXPOSIÇÕES SOBRE CULTURA PORTUGUESA**

Nesta visita oficial de dois dias à capital espanhola, o dr. Mário Soares foi acompanhado pelo ministro da Defesa, coronel Firmino Miguel, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, dr. João Lima, secretário de Estado da Cultura, dr. David Mourão-Ferreira e pelo presidente da Fundação Gulbenkian, dr. Azevedo Perdigão.

Coincidindo com esta deslocação oficial do Primeiro-ministro, foram inauguradas, na capital espa-

nhola, duas importantes exposições sobre aspectos da cultura portuguesa contemporânea. Assim, no Palácio dos Congressos esteve patente uma exposição de pintura, escultura e gravura, que incluiu 300 obras; estiveram também expostos livros sobre arte portuguesa, exemplares de trajes populares do nosso País (pertencentes ao Museu do Trajo, recentemente inaugurado) e objectos característicos da vida quotidiana das regiões do interior (alfaias, cangas, máscaras, etc.), levados pelo Museu de Etnologia. Durante o período da exposição foram exibidos alguns filmes portugueses de que se cita, a título de exemplo, «Trás-os-Montes» (de António Reis e Margarida

M. Cordeiro), «Máscaras» (de Noémia Delgado) e «Douro, Faina Fluvial» (de Manuel de Oliveira).

Ao mesmo tempo, e por iniciativa da Fundação Juan March, uma outra série de iniciativas assinalou, em Madrid, estas jornadas sobre cultura portuguesa. Nas instalações desta Fundação decorreu uma exposição documental sobre a revista «Presença», complementada com conferências realizadas por David Mourão-Ferreira e por Virgílio Ferreira. Paralelamente, actuaram o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, dirigido pelo compositor Jorge Peixinho, e o Coro e Orquestra da Fundação Gulbenkian.

**DESENVOLVIMENTO DAS ZONAS FRONTEIRIÇAS**

As fronteiras entre os dois países foram objecto de especial atenção: assim, será promovido o desenvolvimento económico-social das zonas fronteiriças e facilitar-se-á o trânsito nas fronteiras, prevenindo-se, ainda, o melhoramento das vias de comunicação e o estabelecimento de assistência mútua em caso de sinistros nessas zonas.

Finalmente, no campo militar, o convénio refere-se à cooperação entre as Forças Armadas de Portugal e de Espanha, «dando particular atenção aos intercâmbios de pessoal, à realização de cursos e ao confronto de experiências sobre métodos de instrução, assim como a execução de exercícios combinados». Deverão ainda realizar-se reuniões periódicas dos Estados-Maiors dos dois países.

Para aplicação deste tratado será criado um Conselho para a Cooperação Luso-Espanhola que examinará questões de interesse comum e estudará medidas para uma cooperação mais eficaz. Este Conselho será presidido pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de Espanha, e reunirá alternadamente em Lisboa e Madrid, uma vez por ano «ou sempre que for julgado oportuno».

**CONTACTOS OFICIAIS**

Na capital espanhola, Mário Soares foi recebido em audiência pelo rei Juan Carlos, no Palácio de Zarzuela, tendo depois travado conversações com o Primeiro-ministro espanhol, durante as quais foram analisados problemas referentes às relações bilaterais e multilaterais dos dois países, nomeadamente no que respeita à ONU, ao Mercado Comum e à Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia que recentemente decorreu em Belgrado. Posteriormente, Adolfo Suarez condecorou o chefe do Governo português com as insígnias da Grande Cruz da Ordem de Isabel a Católica.

Mário Soares teve também contactos com os presidentes das Cortes e do Congresso e dialogou com alguns parlamentares espanhóis, tendo declarado, na altura, que o Governo português apoiaria a eventual realização de uma cimeira que reúna representantes dos países membros da CEE e dos países que se candidataram àquela organização (Portugal, Espanha e Grécia), tendo como objectivo discutir em conjunto os problemas levantados pela admissão destes últimos no seio da Comunidade Europeia. A delegação portuguesa ofereceu, depois, uma recepção — que decorreu na embaixada do nosso País — às autoridades locais e ao corpo diplomático acreditado na capital espanhola.

No âmbito desta visita oficial, realizara-se anteriormente um encontro entre o embaixador de Portugal naquela cidade, Vítor



Cunha Rego, e o embaixador espanhol em Lisboa, Fernando Rodriguez Porro, durante o qual foram analisadas questões políticas e económicas relativas aos dois países. Por outro lado, o coronel Firmino Miguel teve uma reunião com o general Gutierrez Mellado, vice-primeiro-ministro do Governo espanhol, encarregado dos assuntos da Defesa. Outro encontro a assinalar foi o de David Mourão-

-Ferreira com o ministro espanhol da Cultura, Pio Cabanillas.

A finalizar o programa da sua estada na capital espanhola, Mário Soares participou numa conferência de imprensa, realizada no Clube Internacional de Imprensa de Madrid, na qual estiveram presentes cerca de uma centena de representantes de órgãos de informação.

CONTACTOS OFICIAIS  
As negociações foram conduzidas  
em um ambiente de cordialidade  
e de respeito mútuo.



*Adolfo Suarez entrega a Mário Soares as insígnias da Grande Cruz da Ordem de Isabel a Católica*

# SETÚBAL



## A CIDADE DO RIO AZUL

A cidade terá tido origem na povoação celta de Cetóbriga, que se erguia na margem esquerda do Sado, onde se encontram as ruínas designadas de «Tróia». Após a reconquista foi povoada por D. Sancho II, que a doou à **Ordem de Sant'Iago** em 1237. Em 1458 daqui partiu D. Afonso V para Alcácer Ceguer, e em 1471 aqui se casou D. João II com D. Leonor de Lencastre. D. Manuel outorgou-

-lhe foral novo em 1514 e concedeu-lhe o título de «notável vila» em 1525.

A Fortaleza de Outão, construída no reinado de D. João I, para defesa da barra do Sado, foi em 1890 transformada em paço real, onde D. Carlos e D. Amélia vinham frequentemente.

Em 1657, a rainha regente, D. Luísa, concede aos setubalenses o título de «leais vassallos», recompensando a sua prestimosa ajuda nas guerras da Restauração.

De tradições liberais, na cidade se desenrolam alguns dos passos mais importantes para a instala-

ção do liberalismo vintista e da Carta Constitucional. Por ela passa o setembrista e eminente tribuno José Estêvão, à frente de tropas liberais em 1847, lutando contra a ditadura de Costa Cabral.

Entre algumas datas mais significativas, assinalamos a inauguração solene do monumento a Bocage, em 1871 (filho natural desta cidade) construído por iniciativa de António Feliciano Castilho, com fundos angariados por subscrição pública no Brasil.

Em 22 de Dezembro de 1926, Setúbal foi elevada a capital de distrito do seu nome.



*Praca  
Manuel Maria  
Barbosa du Bocage*

## A PAISAGEM

Em boa verdade se poderá dizer que Setúbal não possuirá grandes monumentos, mas é rica de excelente paisagem que a cerca e se disfruta de todos os pontos altos, assim como de encantadores arredores que mereceram ser referidos por escritores de grande nomeada como Oliveira Martins, Castilho, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão e outros.

Toda a península de Tróia, extensíssimas dunas floridas de uma vegetação rasteira muito curiosa, é percorrida por uma estrada que, oferecendo mais um magnífico acesso e revelando ao visitante novas praias, permite explorar uma zona de atraente exotismo, com interesse para o arqueológico e até para o botânico.

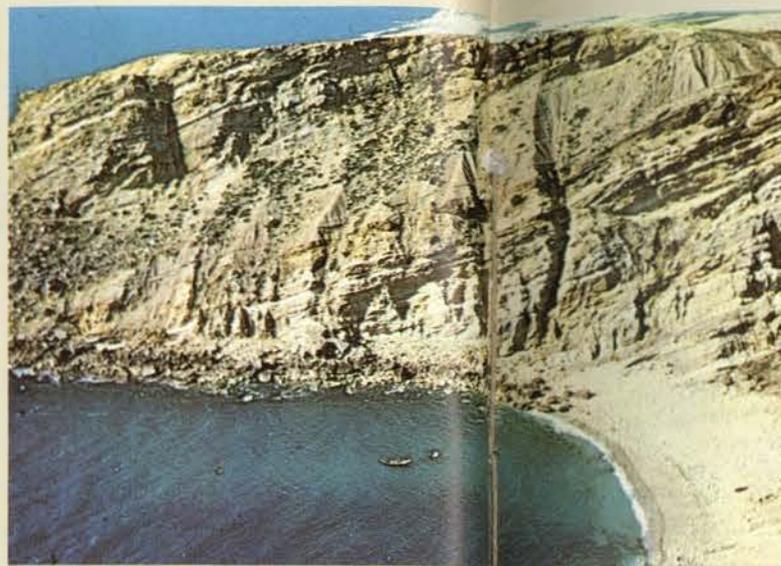
Ao redor das Praias do Sado, aspectos curiosos de salinas e originais moinhos e, para quem vem dali, sobretudo de manhã, uma surpreendente paisagem pode ser admirada sobre o vasto estuário, com a Arrábida ao fundo. Arrábida, do árabe — ARRABIDAH, cadeia de montes!

Esta serra tem umas cinco léguas de comprimento, de Outão ao Cabo Espichel. O seu ponto mais elevado é o Alto do Formozinho, 449 metros acima do nível do mar. É vasto, variado e magestoso o horizonte que dela se abrange.

A norte, as campinas de Azeitão, o Tejo, Lisboa e a serra de Sintra. Ao sul, Setúbal, o Sado, as ruínas de Cetóbriga, o oceano Atlântico e a serra de Grândola. Ao nascente, a Torre de Outão, que se tornou célebre quando da restauração; e ao poente, o Oceano.



Vista aérea do Tejo e margem sul



Arrábida;  
Cabo Espichel

Palmela;  
Típico moinho de vento

O Castelo de Sesimbra  
visto da Arrábida

Vista para sudeste  
da Serra da Arrábida

Paisagens magníficas caracterizam este distrito litoral, onde uma população laboriosa desenvolve a sua actividade, contribuindo decisivamente para o progresso de toda a região.



Setúbal;  
Barcos de pesca no porto

Setúbal;  
Pescadores  
no amanho das redes

## DESENVOLVIMENTO

A extracção do sal, das inúmeras marinhas existentes nos terrenos marginais, constituiu, durante séculos a sua principal actividade, a que vem juntar-se a produção de vinhos (região de Palmela) e a cultura de citrinos.

O impulso mais notável para o seu desenvolvimento recebe-o, porém, da indústria das conservas de peixe, aqui estabelecida nos princípios deste século.

A cidade alarga-se constantemente, multiplicam-se as construções, embora a maioria nada fique devendo à magestade ou à beleza. Pelo porto, saem conservas de peixe e o ritmo de trabalho é febril, intenso, reflectindo a actividade piscatória.

A cidade alinda-se. A antiga calçada de todas as ruas foi substituída por moderno asfalto. Os estabelecimentos comerciais ampliam-se, dotando a cidade de um grande, actual e rico centro comercial.

O velho parque do Bonfim beneficia de excepcional aformoseamento e o amplo estádio do **Vitória Futebol Clube** veio substituir o velho campo dos Arcos, constituindo, hoje, um justo motivo de orgulho de todos os setubalenses.

### Grandes indústrias

Cimentos; adubos; pesticidas; pasta para papel; papel; cartão canelado e sacos de papel; porcelanas e faianças; montagem de circuitos integrados; indústrias do mar; construção de petroleiros até 750 mil toneladas (Setenave); transformação e distribuição de energia eléctrica; fermentos para a indústria de panificação.

### Indústrias médias e pequenas

Lentes; óleos vegetais; metalomecânicas; construção civil (em franco desenvolvimento); fabrico de vestuário; tintas e vernizes; acessórios para computadores electrónicos; turismo.

## BOCAGE

(1765-1805)

**MANUEL MARIA BARBOSA DU BOCAGE** na vida civil iniciada em Setúbal, **ELMANO SADINO** (o Manuel do Sado) para a Nova Arcádia, irmão de Camões no infortúnio e nos amores infelizes.

Herói pícaro, marinheiro, figura popular de botequim e boémia, modelo de irreverência contra toda a forma de ditadura e expoente da liberdade de expressão, o que lhe valeu grandes dissabores com os poderes Inquisitoriais.



S. Julião, Igreja de S. João, Nossa Senhora da Anunciada, Capela do Recolhimento de Nossa Senhora da Saúde.

## Museu de Setúbal

Anexo à formosa igreja debuxada por mestre Boitaca, o vetusto Mosteiro de Jesus abriga as colecções que hoje constituem o Museu de Setúbal. Importantes núcleos de pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, azulejaria, arqueologia, numismática e bibliografia fazem parte do recheio. No sector da pintura são dignos de particular referência a magnífica tábua flamenga do século XVI «O Anjo Aparecendo a Santa Clara», «Santa Coleta» e «Santa Inês». Quanto à pintura contemporânea expõe-se um bom número de obras do setubalense João Vaz, Alberto de Sousa, Almada Negreiros, António Carneiro, Columbano, Diogo de Macedo, Carlos Botelho e Celestino Alves.

## MONUMENTOS

### Igreja de Santa Maria

Este templo, inteiramente reconstruído no século XVI, é um edifício de linhas sóbrias. De entre a sua imaginária salienta-se um Cristo de marfim do século XVII e um grupo escultórico de Santa Ana.

Existem dignos de nota ainda diversos templos: Igreja de

### Igreja de Jesus

A sua construção, com mosteiro anexo, foi iniciada em 1490, sob a direcção de mestre Boitaca, por voto de Justa Rodrigues Pereira, ama de el-rei D. Manuel. Sofreu graves danificações por altura do terramoto de 1755. O interior é coberto de abóbadas torsas. Corre as paredes um silhar de azulejos policromados formando dezoito painéis. No coro estão reunidos alguns objectos de interesse artístico notável. Este monumento contém relevantes laivos de arte manuelina e do gótico final, sendo o mais significativo entre todos.



*Igreja de Jesus  
(Setúbal)*

Começou a funcionar em Lisboa um Centro de Informação da ONU que, tal como o Primeiro-ministro afirmou na cerimónia de inauguração, tem como função principal «a de difundir entre nós os elementos de informação necessários para que o Povo português possa melhor conhecer, em toda a sua complexa diversidade, a actividade das Nações Unidas e das suas agências especializadas, e dar-se melhor conta da sua importância e utilidade».

Mário Soares acentuou, na ocasião, que a entrada em funcionamento deste departamento da ONU exprime o «reconhecimento da forma nova com que nos fomos aproximando cada vez mais do espírito e da letra da Carta das Nações Unidas».

### PORTUGAL E A ONU

O Primeiro-ministro — e actual detentor da pasta dos Negócios Estrangeiros —, depois de se ter referido ao novo tipo de relações que o nosso País tem vindo a manter com a ONU desde 1974, ano em que Portugal começou a prestar às Nações Unidas «uma permanente e sincera cooperação nos mais variados campos», sublinhou a importância efectiva do Centro de Informação agora inaugurado, recordando que, de agora em diante, o nosso País passa a acompanhar mais de perto a actividade da ONU, nomeadamente no que respeita ao desarmamento, à revisão do Direito Internacional e à luta pela defesa dos Direitos do Homem.

Através do novo Centro de Informação da ONU «os portugueses irão progressivamente conhecendo melhor o mundo em que vivemos e os seus problemas», acrescentou Mário Soares que, a terminar, afirmaria ser desnecessário destacar que «a informação é base indispensável para o exercício dos nossos direitos e para a clara consciência dos nossos deveres de cidadãos, na sociedade democrática que criámos e queremos preservar».

### MENSAGEM DE KURT WALDHEIM

No decurso da cerimónia de inauguração, o director do Serviço de Informação das Nações Unidas leu

# CENTRO DE INFORMAÇÃO DA ONU INAUGURADO EM LISBOA

uma mensagem do secretário-geral daquela organização internacional, Kurt Waldheim, na qual se sublinhava o significado da abertura deste Centro de Informação, pelo que representa para as relações entre Portugal e as Nações Unidas, num período em que os membros «da sociedade mundial dependem cada vez mais uns dos outros».

Nessa mensagem, Kurt Waldheim realçava, também, o papel actual da ONU e a sua importância no futuro, recordando que, com os seus 149 membros, aquela organização é hoje «um fórum único, onde a comunidade internacional pode identificar os problemas relativamente aos quais procuramos as necessárias soluções». Dentro deste contexto, «a rede dos Centros de Informação tem uma função vital, levando aos povos do mundo inteiro

elementos directos sobre os objectivos e a obra da organização de que eles fazem parte e que tem uma necessidade essencial do seu apoio».

Raul Trejos, o director do Centro de Informação da ONU em Lisboa, considerou, em declarações à imprensa, aquele departamento como «um microcosmos dos Serviços Centrais de Informação das Nações Unidas», estando apto a fornecer documentação sobre todas as actividades daquela organização internacional, para cumprimento da sua função de sensibilizar o nosso País para os problemas com que a ONU se defronta.

Conjuntamente com o novo Centro de Informação, foi também inaugurada a delegação do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a qual será dirigida por Guilherme da Cunha.



O director do Serviço de Informação das Nações Unidas lê a mensagem de Kurt Waldheim, na inauguração do Centro de Informação da ONU em Lisboa

DELEGAÇÃO  
PARLAMENTAR  
VISITA  
JUGOSLÁVIA

O presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, chefiou uma delegação de deputados portugueses que se deslocou à Jugoslávia, em visita oficial.

Em Belgrado, os deputados portugueses efectuaram conversações com Edvard Kardejl, um dos nove membros do conselho presidencial da Jugoslávia, Kiro Gligorov, presidente da Assembleia Federal (Parlamento) daquele país, e Veselin Djuranovic, presidente do Conselho Executivo Federal Jugoslavo. Nestas reuniões foi sublinhado o desenvolvimento positivo das relações entre os dois países, tendo sido considerada de grande importância a recente visita a Portugal do presidente Tito; procedeu-se também a uma troca de informações sobre a actual situação económica em Portugal e na Jugoslávia, bem como a uma análise sobre o esforço desenvolvido pelas nações em vias de desenvolvimento com vista à melhoria da sua posição, através de um conjunto de medidas tendentes ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Ao regressar a Lisboa, Vasco da Gama Fernandes afirmou trazer «muitos elementos para estudo, nomeadamente no que se refere à organização política e, fundamentalmente, à autogestão, acrescentando ter ficado «particularmente sensibilizado com o estilo de relações internacionais» praticado pela Jugoslávia, país que classificou de «ferozmente independente».

Roy Jenkins  
(ao centro)

VISITA DE ROY JENKINS

Ainda no âmbito dos contactos entre o nosso País e a Comunidade Económica Europeia, deslocou-se a Lisboa, em visita oficial, o presidente da Comissão Executiva da CEE, Roy Jenkins. Falando aos jornalistas, à chegada, Roy Jenkins sublinhou que «o alargamento da CEE é desejável, mas deverá contribuir para o seu fortalecimento e não para a enfraquecer», pelo que os recentes pedidos de adesão de Portugal, Espanha e Grécia irão ser ponderados, considerando «todas as implicações de modo realista e construtivo».

ENCONTROS COM DIRIGENTES POLÍTICOS

Depois de se ter reunido com Vítor Constâncio e com os membros da Comissão portuguesa para a Integração Europeia, Roy Jenkins teve encontros com delegações dos partidos políticos com representação parlamentar (PS, PSD, PCP, CDS e UDP) e conferenciou com o Primeiro-ministro, Mário Soares, avistando-se a seguir com o presidente e com a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República. A finalizar esta série de contactos, Roy Jenkins foi recebido em audiência pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

«UMA REALIDADE E UM DESAFIO»

Em conferência de imprensa — a que estiveram igualmente presentes Mário Soares, Vítor Constâncio e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, João Lima —, o presidente da Comissão Executiva da CEE referiu-se às perspectivas abertas pelo pedido de adesão do nosso País, afirmando, a propósito, ser «uma realidade e um desafio» o «fosso económico» existente entre Portugal e os países do Mercado Comum, embora, segundo disse, tais diferenças não possam ser consideradas «tão grandes que não possam ser superadas, nem tão pequenas que não necessitem de um importante esforço de cooperação». Nesse sentido, Roy Jenkins recordou a necessidade de estabelecer um período de transição, referindo-se, também, à indispensabilidade de auxílio para reequilibrar a balança de pagamentos portuguesa. Analisando, a terminar, as implicações da possível entrada da Espanha e da Grécia no Mercado Comum, Roy Jenkins afirmou que essa hipótese em nada prejudicará as pretensões do nosso País. «O pedido de adesão de Portugal — acrescentou — não será prejudicado pelo pedido de entrada dos outros dois países. É possível que a entrada de Portugal se processe no prazo previsto, tendo em conta a existência de um período de transição».



NEGOCIAÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO

Agricultura, política regional, finanças locais e política monetária, constituíram os quatro grandes temas das reuniões citadas, tendo a delegação do nosso País sido chefiada pelo dr. Vítor Constâncio, presidente da Comissão portuguesa para a Integração Europeia. No decurso dos trabalhos os delegados portugueses prestaram informações técnicas complementares ao pedido de adesão à CEE, pelo que na próxima reunião — que decorrerá em Bruxelas — os representantes da Comunidade deverão apresentar já aos negociadores portugueses o projecto do parecer que irão emitir. Segundo afirmou Vítor Constâncio, prevê-se que esse parecer venha a ser entregue ao Conselho de Ministros da CEE durante o primeiro trimestre deste ano.

REUNIÃO DO COMITÉ MISTO

No quadro das conversações entre Portugal e o Mercado Comum, decorreu, a seguir, a sétima reunião do Comité Misto Portugal/CEE. Este Comité foi criado para acompanhar a gestão do acordo firmado em 1972 entre o nosso País e a Comunidade. Vítor Constâncio presidiu à delegação portuguesa, sendo a representação da CEE chefiada por Roland de Kergolay, director-geral adjunto das Relações Externas junto da Comissão Executiva daquela organização europeia.

A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS

Os delegados portugueses fizeram um pedido concreto para que seja melhorado o regime de importação, pelos países da CEE, das nossas conservas, vinhos do Porto e concentrados de tomate. Por outro lado, os representantes da CEE apresentaram formalmente propostas de restrição às importações de têxteis nacionais pelos países da Comunidade, propostas a que se opuseram os delegados portugueses, acentuando «a enorme importância que, do ponto de vista industrial, social e regional», esse sector tem para o País. Nesta perspectiva, os nossos delegados sublinharam, também, a «importância económica de que se revestem as exportações de produtos têxteis para o mercado comunitário», considerando ainda que as medidas agora propostas «são incompatíveis com o acordo de 1972». Admite-se que, face à posição firme assumida pela delegação portuguesa, as citadas propostas restritivas venham a ser retiradas, mantendo-se a actual situação no que se refere à exportação de têxteis nacionais para os países do Mercado Comum, sendo respeitadas, apenas, as medidas restritivas negociadas bilateralmente com a França e com a Grã-Bretanha.

PORTUGAL  
CEE

Delegações de Portugal e da Comunidade Económica Europeia (CEE) participaram, em Lisboa, numa série de reuniões de trabalho, tendo como objectivo coordenar as informações necessárias à elaboração do parecer sobre o pedido de adesão apresentado pelo nosso País em Março passado, o qual irá ser apreciado pelo Conselho de Ministros da CEE no início do próximo ano. Paralelamente, deslocou-se à capital portuguesa, em visita oficial, o presidente da Comissão Executiva da CEE, Roy Jenkins.

Vítor Constâncio,  
presidente da Comissão  
para a Integração  
Europeia



Portugal dispõe «não só da simpatia, como do apoio dos aliados» para ultrapassar o actual período de crise, declarou Joseph Luns, secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), ao chegar a Lisboa para uma visita oficial de três dias, efectuada a convite do Governo português.

## SECRETÁRIO-GERAL DA NATO EM LISBOA



Joseph Luns, falando aos jornalistas, em Lisboa

Em breves declarações prestadas aos jornalistas, Joseph Luns salientou o importante papel que Portugal desempenha na Aliança Atlântica, devido à sua situação geográfica de «janela sobre o oceano». «Seguimos a descolonização a que o País procedeu com muita simpatia e conhecemos as suas dificuldades», prosseguiu, acrescentando que estas não são da responsabilidade de Portugal, uma vez que se inscrevem num contexto internacional de recessão económica e resultam, também, «do grande afluxo de compatriotas» que se registou. A finalizar este encontro com os jornalistas, o secretário-geral da NATO recordou os dois anos e meio em que, durante a Segunda Guerra Mundial, prestou serviço na Legação da Holanda em Lisboa. O acolhimento prestado então aos refugiados

do seu país, constituiu, segundo disse, mais uma razão para, em Portugal, se «sentir entre amigos».

No decurso da sua visita, Joseph Luns foi recebido em audiência pelo Presidente da República e teve reuniões com o Primeiro-ministro e actual detentor da pasta dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e com o ministro da Defesa, Firmino Miguel, tendo-se avistado ainda com o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes. Posteriormente, Joseph Luns efectuou uma visita de trabalho às instalações do Comando da Área Ibero-Atlântica (COMIBERLANT) da NATO, em Oeiras.

No final da audiência que lhe foi concedida pelo general Ramalho Eanes, Joseph Luns salientou que o Presidente da República lhe tinha afirmado,

«em termos mais do que claros», que Portugal continua fiel à Aliança Atlântica e aos seus ideais. O secretário-geral da NATO acrescentou que neste encontro foram abordadas «questões concretas, políticas, económicas e, sobretudo, militares, no que respeita ao reequipamento do Exército português e ao papel que ele desempenhará no dispositivo de defesa da NATO».

Em conferência de imprensa realizada no Palácio das Necessidades — na qual participou também Mário Soares — Joseph Luns exprimiu a sua satisfação com o resultado das conversações que manteve com os dirigentes políticos e militares portugueses, reafirmando o apoio da Aliança Atlântica ao necessário reequipamento militar dos três ramos das Forças Armadas do País.



## FAO COLABORA NO CRÉDITO AGRÍCOLA

«A partir de Outubro de 1978 estaremos em condições de aplicar o grande projecto de crédito agrícola — em estudo no âmbito da cooperação com a FAO — que se destina a cerca de mil e trezentas empresas agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária», anunciou o ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto, ao regressar de Roma, onde chefiou a delegação portuguesa à Conferência Bial daquele organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

Segundo António Barreto, o referido programa de crédito — que se encontra em adiantada fase de estudo — irá beneficiar um milhar de pequenas empresas agrícolas e cerca de três centenas de explorações de outros tipos, entre as quais uma centena de cooperativas de produção. Tal programa visa, fundamentalmente, «tornar rentáveis as empresas agrícolas que o não são», designadamente através de empréstimos a taxas de juro reduzidas.

### ADMISSÃO DE PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Nesta Conferência da FAO, Portugal apoiou a admissão de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe na organização, tendo a delegação portuguesa sido convidada a dar as boas-vindas aos novos membros, em nome de todos os países europeus representados na reunião. No discurso então pronunciado, António Barreto afirmou, nomeadamente: «Como representante de Portugal, não posso deixar de saudar fraternalmente Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe que, juntamente com a Guiné-Bissau e Cabo Verde, representam um conjunto de países a que nos ligam laços de cultura e língua e cuja luta pelo desenvolvimento e independência merece hoje o nosso respeito».

### «UM PASSO IMPORTANTE»

O ministro português salientou ainda que a admissão de novos membros naquele organismo da ONU «não tem como única consequência o alargamento da FAO», uma vez que esses países irão contribuir com «os seus conhecimentos e experiências, factor de enriquecimento da organização». A maioria dos países agora admitidos, salientou António Barreto, «ainda recentemente se encontravam sob administração estrangeira. A sua admissão como nações soberanas é ainda uma vitória do seu combate pela independência e permite-lhes juntar às nossas as suas forças na luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade». Referindo, a seguir, que sempre que se verificam admissões de novos países na FAO «damos um passo importante e conquistamos mais uma vitória», o representante de Portugal acentuou que a «universalidade autêntica da FAO, sem limites, será para nós motivo de grande satisfação, tanto mais que ela é condição de uma maior eficácia, na medida em que os nossos problemas são universais e ninguém deve ficar do outro lado da porta».

Depois de dar as boas-vindas a outros dois novos membros daquele organismo da ONU — Comores e Djibouti —, António Barreto concluiu a sua intervenção apresentando a todos os países agora admitidos na FAO as mais cordiais saudações, em nome do Grupo Europeu, e exprimindo a esperança de que, com eles, será possível «desenvolver com sucesso o nosso esforço pela felicidade do homem».

### PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO

Posteriormente, o ministro português da Agricultura e Pescas ofereceu um jantar aos chefes das delegações dos países africanos de expressão portuguesa representados na FAO, durante o qual foram trocadas impressões sobre as perspectivas de cooperação entre os respectivos países.

Durante esta Conferência da FAO, António Barreto participou em discussões de carácter geral sobre a situação da Agricultura e da Alimentação no mundo, com especial incidência — conforme afirmou aos jornalistas — nos «problemas mais preocupantes, como o diálogo entre os países industrializados e os menos desenvolvidos».



Roma:  
António Barreto  
discursa  
na Conferência  
da FAO

## NEGOCIAÇÕES COM A RENAULT



Guarda: fachada da fábrica Renault

O ministro da Indústria e Tecnologia, Nobre da Costa, deslocou-se a Paris, a convite do seu homólogo francês René Monory, tendo participado em conversações que visaram o incremento das relações industriais entre os dois países. Na capital francesa, Nobre da Costa rubricou um acordo com a «Régie Renault», representada pelo seu presidente, nos termos do qual aquela empresa participará na reestruturação e desenvolvimento da indústria automóvel em Portugal.

Nesta deslocação, o ministro português foi acompanhado pelo presidente do grupo de trabalho que mantém as negociações com a «Régie Renault», um membro do conselho de gerência da empresa pública «Electricidade de Portugal» (EDP) e o primeiro-secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

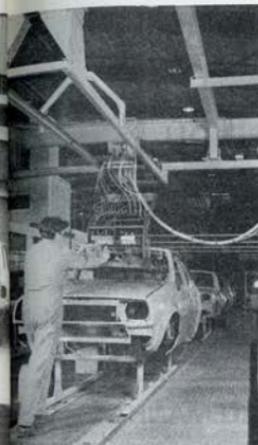
Falando aos jornalistas, numa conferência de imprensa realizada em Paris, Nobre da Costa afirmou que, ao abrigo do contrato agora estabelecido, a Renault montará, em Portugal, fábricas para produção de 60 mil carros e 300 mil motores por ano, bem como uma fundição e fábricas para a produção de caixas de velocidades, travões e outros componentes.

### FINANCIAMENTO FRANCO-PORTUGUÊS

O presidente da «Renault», Bernard Vernier-Palliez, referiu, por seu turno, que o investimento total neste projecto será da ordem de 1,3 biliões de francos (cerca de 11 milhões de contos), sendo o financiamento garantido pelo Governo português, investidores privados e pela «Renault». Uma sociedade franco-portuguesa — com 50 por cento de capital português e 50 por cento da «Renault» — será criada para concretizar este projecto.

A propósito deste assunto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgou um comunicado em que se recorda que o acordo agora estabelecido se

Nobre da Costa, ministro da Indústria e Tecnologia



Aspectos de uma linha de montagem do Renault-12

segue ao anúncio feito pelo Governo, em Agosto, do ano transacto, de que entre várias propostas tinha sido dada preferência à da «Renault».

### OBJECTIVOS DO PROJECTO

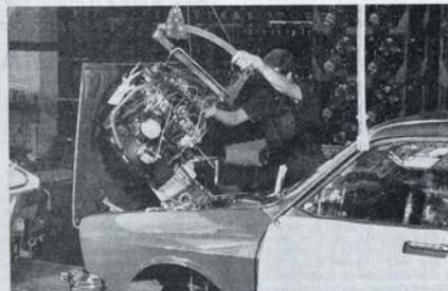
«O objectivo do projecto — salienta-se no referido comunicado — é proporcionar à indústria automóvel portuguesa bases técnicas e económicas sensivelmente melhoradas em relação à situação actual, conservando, no entanto, o mercado português o seu carácter de mercado aberto a todas as marcas de automóveis».

Depois de acentuar que ao fabrico de veículos Renault em Portugal será incrementado mediante o aumento do volume da produção e a integração de peças de fabrico local, o MNE acrescenta:

«As novas actividades visarão principalmente a criação de uma fábrica de motores com capacidade para 300 mil unidades por ano, com forte integração local».

O objectivo a alcançar será o estabelecimento de uma vasta cooperação a fim de que Portugal participe em profundidade nas actividades industriais da Renault, mediante o desenvolvimento dos intercâmbios entre as fábricas francesas, as da Fasa-Renault, em Espanha, e as futuras fábricas a serem montadas em Portugal, de modo a que a sua produção se torne competitiva no conjunto económico da Europa Ocidental».

Recorde-se que os veículos a produzir, segundo este projecto, serão, principalmente, os modelos Renault 5 e «Renault 12», devendo as novas fábricas proporcionar, globalmente, a criação de sete mil novos postos de trabalho no nosso País.



## CONTOS POPULARES PORTUGUESES EDITADOS EM FRANÇA

«O Gigante Adamastor e Outros Contos de Portugal» («Le Géant Adamastor et Autres Contes du Portugal») é o título de um livro



Capa do livro «O Gigante Adamastor e Outros Contos de Portugal», publicado em França pelas «Éditions La Farandole»

para crianças recentemente publicado em França pelas «Éditions La Farandole», de Paris.

Nesta obra, caracterizada por um notável conjunto de ilustrações e por um cuidadoso arranjo gráfico, os autores — Maria Padez-Kotzki e Moisés Espírito Santo — reuniram e adaptaram uma série de contos e lendas populares de várias regiões do País; a introdução inclui informações genéricas sobre Portugal (a História, a língua, o clima, as tradições, o folclore, etc.).

«O Gigante Adamastor e Outros Contos de Portugal» constitui, pois, uma iniciativa a todos os títulos louvável e uma contribuição extremamente positiva para divulgar, no estrangeiro, alguns aspectos insuficientemente conhecidos — ou até inéditos — do nosso património cultural.



João Lima, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

**Representado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, dr. João Lima, Portugal assinou no decorrer da 61.ª sessão do comité de Ministros do Conselho da Europa, as convenções de Segurança Social e o Estatuto do Trabalhador Migrante.**

A assinatura destes dois importantes documentos, que visam essencialmente a definição e protecção dos direitos fundamentais dos trabalhadores migrantes, «conduzem-nos a uma identificação cada vez mais completa com a Europa, que queremos democrática, forte e unida», acentuou João Lima.

No primeiro ponto da ordem dos trabalhos da reunião — referente ao processo de cooperação europeia — João Lima saudou a entrada da Espanha no Conselho da Europa e exprimiu o desejo dos dois povos de cooperar intensamente com os países da Europa democrática, pelo que aludiu ao recente tratado luso-espanhol. Referiu, entretanto, que «a opção europeia de Portugal é clara», e salientou que «além do pedido de adesão às Comunidades Europeias, o Governo português participa em numerosas actividades que fortalecem a nossa integração progressiva na Europa. A construção desta Europa democrática, aliada dos países em vias de desenvolvimento, representa

## Conselho da Europa

# PORTUGAL ASSINOU O ESTATUTO DO TRABALHADOR MIGRANTE

para Portugal um apoio importante para uma política de detente e cooperação transcontinental».

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros referiu, por outro lado, a importância que o nosso Governo atribui ao estudo e ao projecto da Reforma da Administração Pública portuguesa, que vai ter a colaboração do Conselho da Europa. Exprimiu por isso agradecimentos por aquele apoio, cujo contributo, conforme frisou, «é reconhecido por todos nós como um passo importante para a consolidação da democracia em Portugal».

Comentando o facto de a França, surpreendentemente, não ter assinado os documentos — posição que considerou «desagradável e quase incompreensível», sobretudo depois das conversações efectuadas em Lisboa e em Paris — João Lima disse estar convencido que se trata mais «de dificuldades de ordem interna quanto à sua política de imigração, do que de qualquer outro motivo». Acrescentou contudo que «é uma conclusão a tirar pelo Governo francês e não por nós».

João Lima realçaria o facto de no debate do Conselho da Europa, a Suécia ter proposto uma reunião urgente do Comité de Ministros dos países membros, com um único ponto de agenda: «reflexão e discussão sobre a problemática da emigração na Europa». «Tal

como nós — acentuou João Lima — os suecos consideram a emigração um elemento fundamental e decisivo na intensificação da cooperação europeia, encarada num plano mais geral da nova ordem económica internacional».

## ALEMANHA: Programa de TV para portugueses

No passado dia 8 de Janeiro, a estação de Rádio e TV «Westdeutscher Rundfunk» (WDR), de Colónia, iniciou a transmissão de um programa de televisão destinado aos portugueses residentes na República Federal da Alemanha.

Este programa da WDR será transmitido quinzenalmente, aos Domingos, e terá a duração de 20 minutos (das 16 às 16.20 horas), sendo também difundido pela Rede Norte do III Programa («Norddeutscher Rundfunk», «Radio Bremen» e «Sender Freies Berlin») e pela Rede Sul («Süddeutscher Rundfunk», «Saarländischer Rundfunk» e «Südwestfunk»).

A realização do programa está a cargo da equipa de TV/Cinema da Secretaria de Estado da Emigração e cada emissão incluirá um bloco noticioso, uma rubrica cultural e um apontamento sobre música popular do nosso País.



## DIREITOS DOS EMIGRANTES DEBATIDOS NA CONFERÊNCIA DE BELGRADO

Este documento recomenda aos países onde os trabalhadores emigrantes desenvolvem a sua actividade, bem como aos seus países de origem, que intensifiquem os contactos com vista à obtenção de uma solução comum para os problemas mais urgentes e apliquem os acordos existentes.

A mesma proposta conjunta insiste na utilização de todos os meios apropriados para «melhorar a situação dos trabalhadores migrantes e de todos os sectores contemplados pelo Acto Final sobre Emigração, compreendendo-se aqui a promoção dos seus direitos

económicos, sociais, humanos e outros».

Recorde-se que a Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia, que decorreu na capital jugoslava, reuniu 35 países e se destinou a rever os progressos feitos nos domínios do desanuviamento militar e político, da cooperação económica e dos Direitos Humanos, desde a Cimeira de Helsínquia, realizada em 1975.

A citada proposta foi apresentada na sequência de uma outra, assinada por Portugal e pela Espanha, em que eram pedidas melhores condições sociais e econó-

As delegações de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Turquia e Jugoslávia apresentaram na Conferência de Belgrado uma proposta conjunta para que seja ampliada a cooperação entre as nações que recebem trabalhadores migrantes e os seus países de origem.

micas para as centenas de milhares de emigrantes portugueses e espanhóis que trabalham no estrangeiro, sobretudo nos nove países membros do Mercado Comum Europeu.

Os delegados das duas nações ibéricas acentuaram, nesse documento, a necessidade de se envidarem todos os esforços para promover os direitos dos trabalhadores emigrantes, recordando, por outro lado, que a actual crise económica afectou já muitos emigrantes portugueses e espanhóis, que foram forçados abandonar o país onde trabalhavam.

## Alemanha: SEGURO DE DOENÇA

 **HORIZONTE**  
JORNAL INFORMATIVO DOS EMIGRANTES PORTUGUESES NA RFA

*O jornal mensal «Horizonte», que se publica na RFA dá, na sua coluna «Informação Social», algumas indicações úteis aos trabalhadores portugueses ali residentes. Pelo interesse geral da matéria, e pelo caso significativo que apresenta, transcrevemos na íntegra o seguinte texto retirado da citada publicação:*

«Um trabalhador português residente em Bad Homburg, foi passar férias a Portugal.

Tinha direito a 1 semana de férias pagas e conseguiu mais 3 ou 4 não pagas que o patrão lhe concedeu.

Levou consigo «o Krankenschein Internacional».

Na segunda semana teve um acidente. Como «o Krankenschein» só tinha validade para uma semana (a semana de férias a que tinha direito), teve que suportar todas as despesas com o médico, medicamentos e hos-

pital, onde se encontra internado há já alguns meses.

Chamamos a atenção para o seguinte:

Sempre que o leitor deseje prolongar a sua estadia em Portugal para além do período de férias (pagas) e a fim de poder continuar abrangido pelo seguro de doença, deverá efectuar, na sua «Krankenkasse», um seguro voluntário por um período que vai do fim das férias até ao regresso à Alemanha.»

# PORTUGUESES DIVULGAM O FUTEBOL NOS EUA



Artur Jorge  
Jaime Graça  
Messias  
Simões  
Eusébio

# COMUNIDADES PORTUGUESAS



Na sua última edição a revista «Horizontes/USA», editada em Lisboa pela Embaixada dos EUA, insere um artigo assinado por Bernardo Teixeira — escritor actualmente residente em Washington e antigo colaborador do vespertino «A Capital» — referente à crescente popularidade que o futebol está a adquirir nos Estados Unidos.

Lembramos que já há tempos se havia deslocado a este país uma delegação portuguesa composta por José Augusto (treinador de futebol), Mirandela Costa (adjunto do Director-Geral dos Desportos) e Rui Silva (preparador físico e treinador), tendo como objectivo apoiar tecnicamente os praticantes desta modalidade pertencentes aos clubes e escolas da comunidade portuguesa. Na altura, foram promovidas várias sessões de informação para treinadores, direcção de treinos e preparação física, assim como sessões de iniciação ao futebol.

Neste contexto se inseriu a assinatura há cerca de um ano, de um protocolo de acordo entre Portugal e os EUA sobre as rela-



ções dos dois países no domínio da Educação Física e Desportos — protocolo de que foram signatários o dr. Joaquim de Sousa, secretário de Estado da Juventude e Desportos e Frank C. Carlucci, embaixador dos Estados Unidos em Portugal.

O citado artigo de Bernardo Teixeira assinala o contributo prestado, no âmbito futebolístico, quer pelas diversas associações de futebol da comunidade portuguesa (com os seus campeonatos próprios que agrupam não só adeptos portugueses mas bastantes praticantes norte-americanos), quer os recentes casos de futebolistas portugueses que divulgam o «desporto-rei» neste país. Entre outros são citados Eusébio, Malta da Silva, Humberto, Jaime Graça, Artur Jorge, Simões, Vítor Moia, Messias e Ibraim Silva.

Sublinhe-se que, ultimamente, vários profissionais do nosso País assinaram contratos com equipas

da Liga Norte-Americana de Futebol (NASL), por períodos limitados, aproveitando para tal o tempo de «defeso» em Portugal.

A popularidade do futebol português, afirmam os homens do nosso «desporto-rei», encontra-se em franca progressão nos Estados Unidos, abalando seriamente as três modalidades mais populares neste país: «baseball», futebol americano («soccer») e basquetebol!

De todos eles o «baseball» é a mais antiga das modalidades desportivas praticadas nos EUA, tendo evoluído desde 1845 até aingir a sua forma actual. No «baseball» cada equipa entra em jogo com nove jogadores, mas a sua dinâmica assenta no esforço individual e responsabilidade de cada um. Em teoria, o jogo nunca pode terminar com um empate, e este factor torna-o capaz de se prolongar indefinidamente, ao mesmo tempo que exige um esforço e violência física ímpar.

Espelho (e resultante) da psicologia americana, esta modalidade acabou por criar um «teatro» das já hoje clássicas forças de apoio. Assim, cada equipa representa (e cria) um forte movimento de lealdade que, da cidade natal, se transfere para a equipa, conjunto onde se consubstancia a «honra» de uma comunidade; daí vão poucos passos até aparecerem multidões de adeptos constituídos em grupos de apoio vestindo camisolas com as cores da equipa, espectadores especialmente destacados para entoarem o seu hino, bandas de música executando marchas, etc. Ora, é exactamente este cenário que parece querer transferir-se para o futebol...

Cabe uma pergunta, na qual as responsabilidades dos futebolistas portugueses não estão, felizmente, isentas; estará o «desporto-rei» a destronar gradualmente o velho «baseball» nos Estados Unidos?

*José Augusto,  
um dos treinadores  
que se deslocou  
aos EUA para apoiar  
tecnicamente  
algumas equipas  
de futebol  
da comunidade  
portuguesa  
aí residentes.*



## ARGENTINA

● No último Boletim Informativo da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Socorros Mútuos, editado em Buenos Aires, anuncia-se a concessão de subsídios da Secretaria de Estado da Emigração e da Fundação Calouste Gulbenkian — respectivamente de 150 mil escudos e de 5 mil dólares — que se destinam a apoiar as obras do Hospital Português de Buenos Aires. A construção deste Hospital e respectivo equipamento têm vindo a mobilizar nos últimos anos todos os esforços da comunidade portuguesa

● Na cidade de Rosário de Santa Fé vai surgir, numa emissora local, um programa radiofónico português de uma hora semanal com noticiário e diversos temas da actualidade portuguesa. Lembramos que em Junho de 1933 um compatriota, Virgílio M. Costa, manteve durante algum tempo um programa de rádio para portugueses, que ia para o ar todas as sextas-feiras das 21 às 22 horas.



● A importância que as comunidades imigradas têm vindo a adquirir neste país, é talvez o factor-chave para explicar diversas realizações de âmbito associativo e recreativo, entre as quais destacamos a recente festa organizada pela «Associação Mundial de Emigrantes», em que participaram vários agrupamentos folclóricos de diversas nacionalidades radicadas na Argen-

tina. Entre eles, a presença portuguesa fez-se assinalar, num desfile organizado por efeito da referida festa, através do rancho folclórico português da comunidade residente na cidade José C. Paz (província de Buenos Aires). A manifestação mereceu os aplausos de toda a comunidade, especialmente pelo seu ineditismo.

## AUSTRÁLIA



● O semanário «O Português na Austrália» noticiou a realização de uma conferência de imprensa dada pelo Primeiro-ministro deste país aos órgãos de informação das diversas comunidades ali radicadas. Acompanhado pelo ministro da Imigração e Assuntos Étnicos, M. Mackellar, o Primeiro-ministro australiano salientou na sua intervenção inicial, a importância que atribui à solução de diversas lacunas ainda existentes no campo

da assistência a prestar a cada comunidade. Um representante de «O Português na Austrália» abordou o problema dos emigrantes clandestinos neste país, indagando quais as possibilidades reais de virem a beneficiar de uma amnistia. O ministro da Imigração, respondendo à pergunta, esclareceu que estes últimos haviam beneficiado de uma amnistia oferecida pelo Governo australiano há pouco tempo. Porém, a soma total dos legalizados cifrou-se num reduzido número de indivíduos que se apresentaram às autoridades, pelo que, dada a variada gama dos emigrantes clandestinos e a eventual existência de marginais entre eles, o assunto se apresenta de difícil solução, pelo menos para os próximos tempos.

● O mesmo semanário informou também que o Primeiro-ministro e o ministro da Edu-

cação deste país entregaram recentemente aos responsáveis pelas 80 escolas das comunidades estrangeiras ali residentes, subsídios de apoio às suas actividades pedagógicas. Foram beneficiadas com estes subsídios duas escolas portuguesas: a «South Coast Portuguese Association Lda.» e a «Escola Portuguesa de Stanmore».

## BÉLGICA

No «Centro dos Imigrados» em Namur (15, Rue du Beffroi), realizou-se um encontro de trabalhadores imigrantes para debate de problemas relacionados com a crise económica actual, designadamente no domínio do desemprego. À reunião estiveram presentes representantes dos sindicatos FGTE e CSC, bem como um elemento do Ministério do Trabalho belga.

## BRASIL

● Em Manaus, foram comemorados os 104 anos de existência da Sociedade Portuguesa Beneficente, uma instituição com relevantes serviços prestados à comunidade portuguesa do estado de Amazonas. As celebrações desta efeméride incluíram diversas realizações, entre as quais destacamos uma cerimónia litúrgica celebrada pelo Arcebispo Metropolitano de Manaus, D. João de Sousa Lima.

● Na sua última edição, a revista «Caravela», editada para a comunidade portuguesa de São Paulo, faz referência à nossa representação na «XIV Bienal Internacional de Artes Plásticas de São Paulo». Esta representação subordinou-se aos temas «Grandes Confrontos» e «Poesia Espacial» com uma selecção de trabalhos da autoria de 14 artistas portugueses: Abílio José dos Santos, Alberto Pimenta, Alexandre O'Neill, Ana Hatherly, António Aragão, António Magno, Herberto Helder, Jaime Salazar Sampaio, José Alberto Marques, José Luís Luna, Liberto Cruz, Salette Tavares e Silvestre Pestana.

Foi organizador da representação portuguesa o poeta E. M. de Melo e Castro que também expôs trabalhos de sua autoria. A representação de Portugal nesta «Bienal» incluiu, também, no tema «Arqueologia do Urbano», os projectos «Lisboa-2/Problemas: Solução», de Salette Tavares e Ribeiro Telles, além de «A Recuperação da Ribeira Peñeda (Porto)», trabalho apresentado pelo Grupo Cruarb.



Símbolo do grupo «Caravela»

Na cidade de Curitiba realizou-se recentemente um concerto de piano, com peças de Beethoven, César Frank e Chopin, interpretadas pelo pianista Castellane. O concerto foi organizado em benefício do «Fundo de Auxílio ao Imigrante Português», com sede nesta cidade. A iniciativa contou com a presença de numerosa assistência, em que se integravam autoridades estaduais brasileiras.

● A comunidade portuguesa do Rio Grande do Sul ofereceu um busto de Luís de Camões à cidade de Quaraí. A oferta foi promovida pela «Comissão do 4.º Centenário da publicação de Os Lusíadas» e inaugurada oficialmente pelo cônsul de Portugal em Porto Alegre, dr. Fernando Manuel O. Castro Brandão. Ao acto compareceram as mais prestigiosas personalidades luso-brasileiras, além de autoridades civis e militares.

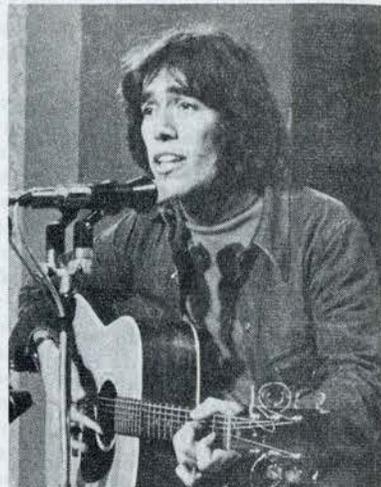
## FRANÇA

Nos arredores de Paris, em La Celle de Saint Cloud, a equipa de futebol do «Grupo Desportivo e Recreativo da Casa do Douro» venceu por 6-1 (4-0 ao intervalo) uma turma de emigrantes portugueses, em jogo recentemente disputado.

Este encontro foi o primeiro na digressão que aquela equipa duriense efectuou em França, e a ele assistiram algumas centenas de portugueses residentes na região parisiense.

## RFA

Na cidade de Munique celebrou-se o «Dia do Concidadão Estrangeiro» que incluiu, entre outras iniciativas, uma série de actividades teatrais e a exibição de grupos folclóricos e artistas de várias nacionalidades. Portugal esteve representado por Sérgio Godinho que interpretou algumas das canções que mais o popularizaram. Por fim, realizou-se uma solene celebração



Sérgio Godinho

litúrgica, sendo de salientar o facto de tal cerimónia ter sido levada a efeito de modo vivo e comunicativo, quer pela utilização das línguas das nacionalidades mais representativas, quer pela presença de bandeiras e trajos típicos representativos das várias origens dos trabalhadores estrangeiros radicados na Alemanha Federal. A cerimónia foi presidida pelo novo cardeal de Munique, Josef Ratzinger.

## SWA / NAMÍBIA



O semanário de língua portuguesa, «O Emigrante», editado na cidade de Windhoek, anuncia a deslocação de Amália Rodrigues a Joanesburgo, acompanhada pelo seu conjunto de guitarras, para uma série de espectáculos nesta cidade sul-africana. A cançonetista chegará a 22 de Janeiro, após o que, nos dias 27, 28 e 30 deste mês, realizará espectáculos no Coliseu daquela cidade, revertendo as receitas dos mesmos para a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Segundo «O Emigrante», prevê-se que Amália seja entrevistada para a televisão local assim como a possível gravação de um programa de música e canções portuguesas.

# COMUNIDADES PORTUGUEASAS

Jacinto Ramos



## TEATRO PARA PORTUGUESES NA EUROPA

## NOSSA GENTE

JACINTO RAMOS  
DÁRIO DE BARROS  
LUZ FRANCO

### TERESA MOTA E RICHARD DEMARCY

Teresa Mota e Richard Demarcy estão a apresentar no «Théâtre de La Commune», em Aubervilliers — arredores de Paris —, as peças «As Vacas de Cujancas» e «Barracas 1975», ambas inspiradas em episódios da revolução de Abril. O crítico teatral do diário «Le Monde», Michel Cournot, elogia largamente o espectáculo em recente artigo publicado neste vespertino parisiense, salientando que é preciso ir a Aubervilliers ver estas fábulas portuguesas, «na medida em que elas relançam a esperança». São intérpretes deste espectáculo, entre outros, Jacques Alonso, Jean-Louis Jacopin, Teresa Mota, Mado Maurin, Colin Harris, Jean-Pol Dubois e Emiliano Suarez.

Teresa Mota



Reprodução do cartaz / anúncio utilizado na digressão europeia do grupo cénico «Nossa Gente»

espectáculo musical

ESTA É A DITOSA PÁTRIA MINHA AMADA

e

VARIEDADES

JACINTO RAMOS - DÁRIO DE BARROS - LUZ FRANCO

Conjunto musical: FOLK-FADO

TEATRO: MÚSICA, FADO, CANÇÕES, FOLCLORE, PROJECCOES

SALA: DIA: HORA:

CONVÍVIO PORTUGUÊS

NÃO FALTES!

INICIATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO e do apoio das SECRETARIAS DE ESTADO DA CULTURA, DO TURISMO E DO P. A. D. A.

## A COMUNA

O grupo de teatro «A Comuna» apresentou nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro passado, no «Theatre Populaire des Flandres» da cidade de Lille, a peça «Em Maio...», estreada nos primeiros meses de 1977 em Lisboa. O grupo já havia, entretanto, apresentado a peça na Casa da Cultura de Grenoble.

Uma imagem da peça «Em Maio...» do grupo «A Comuna»



O agrupamento teatral «Nossa Gente», do qual fazem parte Jacinto Ramos, Dário de Barros e Luz Franco, tem granjeado o apreço das comunidades portuguesas, para as quais já realizou vários espectáculos. Lembramos, a propósito, que em Maio de 1977, com o apoio da Secretaria de Estado da Emigração, o grupo «Nossa Gente» se deslocou a França, realizando uma série de espectáculos destinados aos trabalhadores portugueses aí radicados. Mais tarde, este agrupamento, colaborou no «Dia das Comunidades Portuguesas», pelo que na fase actual da sua actividade parece dedicar-se exclusivamente ao serviço dos trabalhadores portugueses espalhados pelo mundo. Nesta linha de actuação os citados actores vão iniciar uma digressão através de cinco países da Europa, para apresentar a peça musical «Esta é a ditosa Pátria minha amada», assim como uma peça para crianças intitulada «As aventuras de Luisinho Arroz no Planeta Zozirrapa». Os países a visitar nesta digressão, também apoiada pela Secretaria de Estado da Emigração, são a Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Grã-Bretanha.

# Subsídio do Governo Francês aos trabalhadores imigrantes que regressarem definitivamente ao país de origem

Em Junho de 1977, o Governo Francês instituiu um subsídio para trabalhadores imigrantes (inscritos no desemprego e beneficiando dos respectivos subsídios) que desejem regressar definitivamente aos países de origem. Ao mesmo tempo que eram anunciadas medidas tendentes a reduzir o número de imigrantes em França, as autoridades daquele país comunicaram que a partir do dia 1 de Outubro de 1977, a «aide au retour» passava a ser concedida a todos aqueles que trabalham em França há cinco ou mais anos.

## COMO SE OBTÉM O SUBSÍDIO

- a) Os trabalhadores que se inscreverem no desemprego recebem uma carta assinada pelo Senhor Lionel Stoléro, Secretário de Estado, encarregado da imigração, convidando os interessados a regressarem definitivamente ao seu país.

Paralelamente, é entregue também uma nota explicativa indicando quem pode beneficiar da «aide au retour», quanto se recebe, o que se deve fazer, etc.

O interessado tem um mês para se decidir e voltar a entregar a carta com uma das seguintes respostas: «oui, j'accepte de retourner dans mon pays» (sim, aceito regressar ao meu país) ou «non, je refuse de retourner dans mon pays» (não, recuso-me a regressar ao meu país), seguindo-se a assinatura.

Se a resposta for negativa, normalmente, não se passa nada. Com efeito, conforme comunicou o Senhor Lionel Stoléro na conferência de imprensa do dia 27 de Setembro a aceitação ou recusa é totalmente livre. Por outro lado, na carta de apresentação do «dossier» que foi entregue à imprensa lê-se que a França «fechando as suas fronteiras à entrada de novos trabalhadores imigrantes, não diminui em nada os seus esforços, bem ao contrário, para melhorar a inserção social daqueles que permanecem e trabalham legalmente em França».

Se a resposta do trabalhador foi positiva («oui, j'accepte de retourner dans mon pays») e a carta entregue no prazo de um mês é-lhe dado um «dossier» (em dois exemplares) de pedido da «aide au retour»

o qual deve ser preenchido e depositado na Agência para o Emprego ou na direcção que lhe foi comunicada.

Actualmente há três direcções que são indicadas:

— Em Paris: APTM, 239, rue de Bercy, 75012 Paris;

— Em Lião: Maison du Travailleur Étranger, 15, rue du Dauphiné, Lyon 3;

— Em Marselha: Maison de l'Étranger, 16, rue Antoine Zattara, Marseille 3.

Com o dossier devidamente preenchido e assinado tem que se entregar também:

— duas fotografias de identidade e passaporte do trabalhador;

— cartas de trabalho e de residência do trabalhador, do cônjuge e dos filhos menores;

— último boletim de salário do trabalhador e dos restantes membros da família que trabalharem (cônjuge e filhos menores);

— um recibo do pagamento do aluguer.

- b) Os imigrantes que trabalharem em França há cinco ou mais anos e pretendam regressar definitivamente ao país de origem, devem dirigir-se a uma Antena do «Reseau National d'Accueil», à Direcção Departamental do Trabalho, ou a uma das três direcções já indicadas (Paris, Lião e Marselha), onde serão dadas todas as informações necessárias. Também é possível obter informações, junto de «Inter-Migrants», telefonando para o número 524.17.17 (Paris).

O interessado obtém o «dossier» a preencher, assim como uma brochura amarelada, fornecidos na Direcção Departamental do Trabalho. É a este mesmo organismo que se deve entregar o «dossier» depois de preenchido e assinado, acompanhado dos documentos acima indicados (2 fotografias, passaporte, cartas de trabalho e residência, etc.) ou aos organismos cujas direcções foram indicadas para Paris, Lião e Marselha.

## O CONTROLO

O «dossier» completo com os documentos pedidos, é depois transmitido ao ONI («Office National d'Immigration») que o manda analisar transmitindo-o, de novo à Direcção Departamental do Trabalho e da Mão-de-Obra. Na mesma ocasião, entrega ao interessado as cartas de trabalho e residência, assim como o passaporte, os boletins de salário e o recibo de pagamento do aluguer.

## A DECISÃO

Nos oito dias que se seguem, o trabalhador recebe uma resposta positiva ou negativa da Direcção Departamental do Trabalho e da Mão-de-Obra.

Se a resposta for negativa, o «dossier» é arquivado e fica sem seguimento.

Se a resposta for favorável:

- a) O trabalhador tem que partir de França nos dois meses que se seguem com o cônjuge (marido ou esposa) e todos os filhos menores;

- b) Quinze dias antes de partir, o trabalhador é convocado.

## A CONVOCAÇÃO

Quando o trabalhador se apresenta, respondendo à convocação, deve levar os seus documentos de identidade, o «livro» de família, as cartas de trabalho e de residência do próprio, do cônjuge e dos filhos menores.

a) Nessa ocasião recebe um cheque correspondente à indemnização prevista para a viagem. Para os portugueses, essa indemnização foi estabelecida de acordo com o preço da viagem por avião, em classe turística, de Paris a Lisboa ou seja, 825 francos por pessoa.

É evidente que o trabalhador e os membros da família não são obrigados a ir de avião. Escolhem o meio de transporte que lhes interessar.

b) Assina uma ficha declarando que recebeu a indemnização para a viagem.

c) Entrega definitivamente as cartas de trabalho e de residência de toda a família (do próprio, cônjuge e filhos menores, não casados) e assina uma outra ficha em que declara que renuncia definitivamente às cartas que entregou.

d) Recebe uma cópia das duas fichas que assinou.

e) Compromete-se a partir de França nos 15 dias seguintes. De qualquer modo, as fichas assinadas apenas dão direito à residência legal em França durante 15 dias. As mesmas fichas devem ser conservadas cuidadosamente e levadas para Portugal a fim de serem apresentadas no Consulado de França em Portugal, mais próximo da residência ou na Delegação do ONI que, perante a apresentação das respectivas fichas, dará o pecúlio previsto para a «aide au retour» (10 000 francos).

## O REGRESSO DEFINITIVO

a) O trabalhador decide do meio de transporte que vai utilizar (carro, comboio, autocarro, etc.) para a data limite, no máximo.

b) Depois de chegar a Portugal com a família, tem dois meses para receber o pecúlio no Consulado de França em Portugal mais próximo do domicílio ou na Delegação do ONI em Lisboa. Nessa altura, tem que entregar as fichas que assinou, ainda em França, renunciando às cartas de trabalho e de residência.

## O MONTANTE

a) Para os trabalhadores desempregados que recebem as respectivas indemnizações e se encontram em França há menos de 5 anos:

— 10 000 francos para o trabalhador (homem ou mulher);

— 10 000 francos para o cônjuge (homem ou mulher), no desemprego indemnizado;

— 5000 francos para o cônjuge que trabalhar e para os filhos menores que trabalharem ou se encontrem no desemprego;

— Além dos 825 francos de indemnização para a viagem, o cônjuge e os filhos menores que não

trabalharem nem beneficiarem das indemnizações de desemprego, não têm direito a mais nenhuma indemnização.

b) Para os trabalhadores em actividade ou no desemprego (mesmo que se trate de um desempregado que não recebe as respectivas indemnizações), desde que se encontre em França há cinco ou mais anos (na situação de trabalhador ou desempregado):

— 10 000 francos para o trabalhador (homem ou mulher);

— 10 000 francos para o cônjuge que se encontrar na mesma situação (5 anos de trabalho e desemprego);

— 5000 francos para o cônjuge que não trabalha actualmente nem se encontra desempregado mas possui uma carta de trabalho;

— 5000 francos para os filhos menores que tiverem uma carta de trabalho.

## A FORMAÇÃO COM VISTA AO REGRESSO

É possível que venham a ser criados alguns estágios de formação profissional com vista ao regresso. Se tal se verificar a informação será divulgada.

## OBSERVAÇÕES DIVERSAS

### a) Pensões e rendas:

O trabalhador que beneficiar duma renda, acidente de trabalho ou de uma pensão de invalidez, antes de partir, deve entrar em contacto com a sua caixa (indicando o número da pensão ou da renda) informando-a do regresso definitivo a Portugal e comunicando-lhe a nova direcção, bem legivelmente (em letras maiúsculas de preferência). Se se desejar que os PTT façam seguir a correspondência que chegar deve comunicar-se-lhe também a nova direcção em Portugal preenchendo um formulário previsto para o efeito.

A renda ou pensão serão enviadas para a direcção indicada em Portugal, pela Caixa Francesa, através de um vale postal internacional.

Os titulares de uma pensão de invalidez mantêm, em Portugal, o benefício da assistência médica e medicamentosa para o próprio e familiares. Os titulares de uma renda de acidente de trabalho, apenas terão esse benefício se a taxa de incapacidade resultante do acidente for igual ou superior a 66,6%.

De resto, o direito à Segurança Social caduca no mês que se segue à data da última cotização, a não ser que, entretanto, se faça a inscrição na Caixa de Previdência (um seguro voluntário, se não se trabalhar) ou na Casa do Povo.

### b) Indemnizações de desemprego:

O trabalhador que regressa definitivamente ao país, beneficiando da «aide au retour», se estiver desempregado ou algum dos membros da família, deve receber as indemnizações do desemprego, até

ao dia da partida. Só a partir daí é que fica irradiado das listas.

**c) Reforma:**

As cotizações feitas em França para a reforma ou para a reforma complementar, são direitos adquiridos que não se perdem.

Deve-se conservar cuidadosamente os boletins de salário, certificados de trabalho e a carta de Segurança Social. Quando se atingir a idade legal para

beneficiar da reforma (actualmente dos 60 aos 65 anos) é preciso apresentar esses documentos na Caixa Distrital de Previdência e Abono de Família que fará o necessário junto da Caixa Francesa.

d) *Antes de partir é preciso ir ao Consulado da área a que pertence pedir o certificado de bagagem que é preciso apresentar na fronteira para isenção das taxas alfandegárias.*

De qualquer modo, seria prudente, antes de tomar a decisão final, consultar o consulado da área ou uma assistente social.

## Subsídios a filhos de emigrantes

1. Pelo despacho n.º 318/76 de 2 de Novembro do MEIC fora determinada a concessão de subsídios a filhos de emigrantes.
2. O Despacho n.º 196/77 de 25 de Agosto do MEIC pretende delinear a política de subsídios ao ensino particular para 1977-1978.
3. O Despacho n.º 196/77 continua a prever, de entre de subsídios que o MEIC concede, aqueles que se destinam a filhos de emigrantes, quando instalados em internatos. (Ponto 1.5. do referido despacho).
4. O montante anual dos referidos subsídios é de:
  - a) Ensino primário — 7500\$00 (sete mil e quinhentos escudos);
  - b) Ensino preparatório ou secundário — 12 000\$00 (doze mil escudos).

5. De acordo com o ponto 2.6. do referido despacho: «Os subsídios a filhos de emigrantes instalados em internatos:

a) *Não abrangem os encargos inerentes à situação de internato, residência e alimentação, que se manterão sobre a responsabilidade exclusiva dos encarregados de educação;*

b) *Não são atribuídos nos casos em que o pai ou a mãe do aluno tenham residência em Portugal, salvo se estiverem divorciados ou separados de pessoas e bens, judicialmente ou de facto, e o responsável pela educação do aluno residir no estrangeiro».*

6. *É condição de atribuição destes subsídios que os responsáveis pela educação do aluno façam obrigatoriamente prova de que residem no estrangeiro.* Essa prova pode ser feita mediante a exibição de:

a) *documento relativo aos descontos para os organismos estrangeiros de previdência;*

ou, em alternativa,

b) *documento bastante passado por entidade do país onde se encontram.*

7. O presente regime de subsídios não é aplicável aos filhos de portugueses residentes nos estados africanos de língua portuguesa, visto que já estão previstas condições especiais para esses casos nos acordos de cooperação com esses países.

(Ofício-Circular n.º 109/77 de Setembro de 1977, da Inspeção Geral do Ensino Particular).

## Imposto de Compensação

Em Portugal existe um imposto — o chamado Imposto de Compensação — que se aplica aos veículos automóveis ligeiros de passageiros e ligeiros mistos, uns e outros de serviço particular, que utilizem carburantes ou combustíveis não sujeitos aos mesmos impostos que oneram a gasolina.

Este imposto não é definido pelo ramo de actividade dos proprietários dos veículos, nem pela sua situação, aplicando-se, portanto, aos emigrantes que sejam proprietários dos mesmos veículos.

A taxa anual deste imposto é de esc. 18 000\$00, estando isentos os veículos automóveis ligeiros mistos, de peso bruto superior a 1500 quilos, desde que devidamente licenciados.

Em princípio, os automóveis com matrícula estrangeira que circulem em Portugal, ainda que por pequenos períodos, (por exemplo, no período das férias), estão sujeitos ao pagamento do imposto de compensação. Todavia, poderá ser concedida a isenção transitória, desde que os respectivos proprietários procedam ao depósito nos serviços de trânsito, dos documentos dos veículos, ficando estes, portanto, impedidos de circular em Portugal. Na altura do regresso ao estrangeiro, serão os documentos devolvidos, não havendo lugar ao pagamento de qualquer imposto.

# Concessão do subsídio de desemprego aos trabalhadores desempregados em Portugal

O Decreto-Lei n.º 183/77, de 5 de Maio, ao mesmo tempo que reuniu a diversa legislação existente sobre subsídio de desemprego, introduziu significativas melhorias neste subsídio. Os trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro não têm direito a este subsídio, mesmo que regressem a Portugal na situação de desemprego, uma vez que a sua concessão depende de determinadas condições. Todavia, afigurando-se que o assunto se reveste de interesse para os emigrantes portugueses, quer por terem familiares empregados em Portugal, quer por encarem a hipótese de regresso ao País, indicam-se, seguidamente, os principais aspectos do actual regime do subsídio de desemprego em Portugal.

## PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DE ATRIBUIÇÃO

1. A atribuição do subsídio depende da verificação dos seguintes pressupostos:
  - a) Ter sido trabalhador por conta de outrem nos últimos doze meses à data do requerimento do subsídio;
  - b) Ter capacidade para o trabalho;
  - c) Estar disponível para o trabalho;
  - d) Ser o desemprego involuntário.
2. A capacidade consiste na aptidão para o trabalho avaliada pelos técnicos competentes dos centros de emprego.
3. A disponibilidade consiste na predisposição para aceitar emprego conveniente e é comprovada através da inscrição, como candidato a emprego, nos centros de emprego.

## CONDIÇÕES GERAIS DE ATRIBUIÇÃO

- São condições gerais de atribuição do subsídio:
- a) Ter estado empregado, em média, nos últimos seis meses anteriores à data do desemprego, treze dias por mês ou ter trabalhado, em média e no mesmo período, vinte e quatro horas por semana;
  - b) Estar obrigatoriamente abrangido pelo regime geral da Previdência ou ser sócio efectivo das Casas do Povo e, em qualquer caso, desde que se tenha verificado a entrada de contribuições, ou situação a esta

equivalente, respeitantes a cento e vinte dias de trabalho, nos dezoito meses anteriores à data do desemprego.

## EXCLUSÃO DO DIREITO AO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

1. Não têm direito ao subsídio de desemprego os trabalhadores que se encontrem numa qualquer das seguintes situações:
  - a) Os trabalhadores que tenham recebido indemnizações relativas à última ou a anteriores cessações de contratos de trabalho, mas apenas durante o número de meses completos que resultar da divisão dos montantes recebidos pelo salário com base no qual foram calculadas;
  - b) O trabalhador, sem familiares a seu cargo, que tenha rendimentos médios mensais próprios iguais ou superiores a 60% das remunerações mínimas garantidas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 49/77, de 7 de Fevereiro;
  - c) Os trabalhadores cujo agregado familiar que com eles conviva em economia comum aufera, me média, «per capita», proventos iguais ou superiores a 60% da remuneração mínima garantida, assegurando-se, todavia, a cada agregado familiar o dobro das remunerações mínimas garantidas;
  - d) Os trabalhadores que se encontrem a receber subsídio pecuniário, por doença ou maternidade, da segurança social;
  - e) Os trabalhadores que se encontrem a receber pensão de invalidez ou reforma;
  - f) Os trabalhadores que tenham obtido, por si ou pelo seu agregado familiar, importâncias, a qualquer título, nomeadamente heranças e lotarias, mas apenas durante o número inteiro de meses que resultar da divisão daquelas importâncias pelo dobro das remunerações mínimas garantidas.
2. Para efeito do disposto na alínea c) do número anterior, não se consideram proventos o abono de família e prestações complementares.

## CASOS EM QUE O DESEMPREGO SE CONSIDERA INVOLUNTÁRIO

1. O desemprego considera-se involuntário sempre que a quebra do vínculo jurídico-laboral não seja devida a factos imputáveis ao trabalhador.
2. Poderão ser equiparadas à situação de desemprego involuntário as suspensões do contrato de trabalho, sem garantia salarial, superiores a trinta dias, mediante despacho do Secretário de Estado da População e Emprego.
3. A qualificação do desemprego como involuntário é referida ao último emprego, independentemente da sua duração, desde que tenha decorrido o período experimental.
4. O desemprego decorrente da cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo das partes considera-se voluntário.
5. O motivo da cessação do contrato indicado pela enti-

dade patronal não é elemento decisivo para a qualificação do desemprego.

6. O desemprego presume-se involuntário quando a apreciação do motivo do despedimento estiver comprovadamente pendente de conciliação prevista na lei ou em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou de decisão judicial.
7. A pendência de conciliação ou de decisão judicial é provada pelo trabalhador mediante documento emitido pela respectiva comissão de conciliação e julgamento ou tribunal do trabalho, do qual conste o objecto e o número do processo.
8. A passagem do documento referido no número anterior pode ser solicitada verbalmente às entidades competentes e é isenta de quaisquer encargos para o trabalhador.

### O QUE É PRECISO PARA REQUERER O SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

1. Para poder requerer o subsídio de desemprego, o trabalhador deve:
  - a) Ser portador da declaração da entidade patronal;
  - b) Ser portador do cartão ou credencial da sua instituição de previdência ou Casa do Povo;
  - c) Inscrever-se como candidato a emprego no centro de emprego da área da respectiva residência;
  - d) Requerer pessoalmente o subsídio no centro de emprego indicado na alínea anterior nos doze meses seguintes à data do desemprego, declarando expressamente aceitar emprego conveniente.
2. Em caso de recusa ou impossibilidade de a entidade patronal emitir a declaração referida na alínea a) do n.º 1, poderá a mesma ser preenchida pelo sindicato de que o trabalhador for sócio, ou, na falta de sindicato ou inscrição nele, por declaração da Inspecção do Trabalho ou da junta de freguesia do lugar da prestação de trabalho ou da residência.

### MONTANTE DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

1. O montante diário do subsídio será igual a 75 % ou 60 % das remunerações mínimas garantidas fixadas na lei para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, calculada na base de trinta dias de trabalho por mês, respectivamente com ou sem familiares a cargo.
2. O montante global do subsídio calculado nos termos do número anterior será arredondado para a unidade de escudo imediata.
3. Em caso algum o montante diário do subsídio poderá exceder 75 % da última remuneração diária.
4. Consideram-se a cargo os familiares que não tenham rendimentos mensais iguais ou superiores a 60 % das remunerações mínimas garantidas e vivam na dependência económica do trabalhador, presumindo-se como tais o cônjuge não separado de pessoas e bens, os filhos menores e os ascendentes que confiram direito a abono de família.
5. O trabalhador pode fazer prova de que outras pessoas, ainda que não familiares, se encontram a seu cargo, através de documento oficial idóneo.

6. O montante fixado nos termos do n.º 1 manter-se-á inalterável durante o período de concessão referido no artigo seguinte, excepto quando se verifique casamento ou nascimento de filhos, desde que comunicados aos centros de emprego nos trinta dias posteriores ao evento.

### PERÍODO DE CONCESSÃO

1. O subsídio, pago mensalmente, será concedido, em regra, durante o prazo de cento e oitenta dias.
2. Os trabalhadores cujas idades à data da entrega do requerimento de subsídio sejam iguais ou superiores a 50, 55 e 60 anos, terão direito, respectivamente, a trezentos e sessenta, quinhentos e quarenta e setecentos e vinte dias de subsídio.
3. Decorrido o prazo de setecentos e vinte dias previsto no número anterior, poderá o trabalhador requerer antecipadamente a pensão de reforma a que tiver direito.
4. Em qualquer das circunstâncias referidas nos números anteriores, o subsídio não é devido nos sete dias seguintes ao da data da entrada do requerimento.
5. O prazo referido no número anterior não decorre durante o período em que o trabalhador receba prestações pecuniárias por doença ou maternidade da segurança social.

### PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE CONCESSÃO

O período de concessão referido no número anterior poderá, excepcionalmente, ser prorrogado por mais cento e oitenta dias, desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

- a) Falta de emprego conveniente;
- b) Inviabilidade de reconversão profissional.

### DEVERES DO TRABALHADOR

1. Durante o período de concessão do subsídio, o trabalhador é obrigado a comparecer nas datas e locais que lhe forem determinados pelo centro de emprego da área da sua residência.
2. Os trabalhadores têm o dever de comunicar ao respectivo centro de emprego, no prazo de cinco dias, a contar da data do evento:
  - a) A obtenção de todo e qualquer emprego ou ocupação, com indicação da remuneração correspondente;
  - b) A incorporação no serviço militar;
  - c) A concessão de subsídios por doença ou maternidade;
  - d) A concessão de pensão de invalidez ou reforma;
  - e) A notificação da decisão final dos procedimentos de apreciação do motivo de despedimento.
3. O trabalhador deverá sempre repor o quantitativo do subsídio indevidamente recebido.

## Concessão de Abono de Família e de prestações complementares em Portugal

O Decreto-Lei n.º 197/77, de 17 de Maio veio regulamentar, de forma integrada, o abono de família e prestações complementares dos trabalhadores da função pública e dos trabalhadores abrangidos pelas caixas de previdência e abono de família.

Como é natural, só têm direito a estes benefícios os trabalhadores (nacionais ou estrangeiros) que trabalhem em Portugal, sendo ainda condição de atribuição do direito ao abono de família a residência em território nacional dos familiares dos trabalhadores.

Não obstante, afigura-se que o assunto se reveste de interesse para os emigrantes portugueses que trabalham no estrangeiro, quer porque tenham familiares a trabalhar em Portugal, quer porque pretendem regressar ao seu País. Assim, prestam-se, seguidamente, algumas informações de carácter prático sobre a concessão de abonos de família e de prestações complementares da segurança social aos trabalhadores e seus familiares residentes em Portugal.

O abono de família será, agora, atribuído aos trabalhadores em condições de igualdade, independentemente do sexo e de serem ou não chefes de família, acautelando-se apenas, eventuais cumulações. Foi generalizado, também,

ao abono de ascendentes o regime de manutenção em caso de morte dos trabalhadores.

As prestações complementares, uniformizadas em relação às da previdência são designadamente: subsídio de casamento; subsídio de nascimento; subsídio de aleitação; subsídio de funeral; subsídio vitalício.

A Portaria n.º 271/77, da mesma data fixa o montante mensal do abono de família por descendente, em 240\$00 e por ascendente a cargo em 100\$00.

No caso de ascendentes, consideram-se a cargo do trabalhador os ascendentes que não tenham rendimentos próprios superiores a 1400\$00 ou 2800\$00, tratando-se de um casal de ascendentes.

São fixados também os quantitativos a atribuir pelos diversos subsídios. Assim:

- |                                                                                                                                                                                                |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| 1. Subsídio de casamento                                                                                                                                                                       | 2000\$00 |
| 2. Subsídio de nascimento                                                                                                                                                                      | 1500\$00 |
| 3. Subsídio de aleitação:                                                                                                                                                                      |          |
| a) 250\$00 mensais, no caso de amamentação materna;                                                                                                                                            |          |
| b) 250\$00 mensais, acrescidos de complementos em produtos alimentares até ao valor de 150\$00 mensais, nos casos de insuficiência de amamentação materna devidamente comprovada;              |          |
| c) atribuição exclusiva de produtos alimentares directamente ou mediante reembolso do respectivo custo, nos casos de impossibilidade de amamentação materna devidamente comprovada.            |          |
| 4. Subsídio de funeral 2000\$00, atribuído de uma só vez pelo falecimento aos familiares com direito a abono de família, ou do cônjuge (se por este não for devido) ou do próprio trabalhador. |          |
| 5. Subsídio vitalício a atribuir mensalmente tendo em atenção os grupos etários:                                                                                                               |          |
| a) 250\$00 até aos 18 anos de idade;                                                                                                                                                           |          |
| b) 500\$00 a partir dos 18 anos;                                                                                                                                                               |          |
| c) 750\$00 a partir dos 35 anos ou antes, na falta de pai ou mãe.                                                                                                                              |          |

O subsídio vitalício é atribuído em relação a descendentes ou equiparados enquanto sofreram de doença prolongada ou de incapacidade para o exercício de qualquer actividade.

*«A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional».*

*«A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar».*

(art.º 44.º da «Constituição da República Portuguesa»)

## AOS NOSSOS LEITORES

A correspondência dos nossos leitores para esta revista deve ser dirigida para a seguinte morada:

### Revista «25 DE ABRIL – COMUNIDADES PORTUGUESAS»

Secretaria de Estado da Emigração  
Palácio das Necessidades, 1.º piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa-Portugal

*Encontro-me imigrado em França, e fui agora informado de que estão a dar um milhão de francos a quem queira regressar definitivamente ao seu País. Aqui apenas me souberam dizer que esta soma nos era entregue no País a que pertencíamos. Pedia por isso o favor de me explicar onde nos é entregue e por que meio de pagamento; ao mesmo tempo gostaria de saber quais serão os meus direitos perante a Caixa Médico Social, ou seja, que transferências será preciso fazer. Também agradecia que me informassem do seguinte: minha filha tirou a carta de condução aqui em França, e gostaria de saber o que é preciso para a tornar válida em Portugal, visto que também ela tenciona regressar definitivamente.*

J. C. (França)

A indemnização prevista para a viagem de regresso a Portugal é paga por cheque antes da partida, no total de 825 francos por pessoa. Por essa ocasião o senhor assina um conjunto de fichas que lhe dão direito à residência legal em França durante 15 dias. As mesmas fichas devem ser conservadas cuidadosamente e levadas para Portugal a fim de serem apresentadas no Consulado de França em Portugal, mais próximo da residência ou na Delegação do ONI (Rua Vale do Pereiro n.º 14, Lisboa), onde lhe será entregue o quantitativo previsto para a «aide au retour» (10 mil francos).

No caso de se decidir pelo regresso definitivo a Portugal aconselhamo-lo, antes de partir, a dirigir-se ao Consulado da área a que pertence, pedir o certificado de bagagem que é preciso apresentar na fronteira para isenção

das taxas alfandegárias. De qualquer modo, seria prudente, antes de tomar a decisão final, consultar o consulado da área ou uma assistente social.

Quanto ao problema da carta de condução de sua filha, enviamos-lhe a nota informativa sobre o assunto, nota que entretanto foi já publicada em número anterior da Revista (n.º 22, pág. 43).

*Tenho 24 anos, encontro-me em França, mas porque os meus documentos caducaram sou obrigado a regressar daqui a três meses. Como é que posso arranjar emprego aí, na região de Viseu? Queria comprar um tractor, mas não tenho o dinheiro suficiente, nem tenho carta, a qual aqui não é preciso para conduzir tractores e máquinas agrícolas e aí sim. É por isso que Portugal não pode andar para a frente.*

A. F. G. (França)

Muito embora tendo presente as actuais dificuldades no mercado nacional de trabalho, poderá contactar o centro do Serviço Nacional de Emprego, Avenida Alberto Sampaio, n.º 12 — Viseu, solicitando esclarecimentos quanto às possibilidades de emprego. Quanto ao desejo de obter ajuda económica para a compra de tractor, aconselhamo-lo a expor a sua situação ao Instituto de Reorganização Agrária — Rua Rodrigo da Fonseca, 41 — Lisboa. Confirmamos que de acordo com o Decreto-Lei n.º 266 de 10 de Abril é exigida a carta de condução para conduzir tractores, não sendo necessário, no entanto, fazer prova de saber ler ou escrever.

# OS LEITORES ESCREVEM

*Na minha terra tenho uma casa, para a qual estou pagando a renda, e onde tenho a minha mobília e todos os utensílios domésticos. Essa casa foi, segundo me dizem, vendida a outra pessoa, a qual diz que me põe tudo na rua. Ora eu não tenho outra casa, e gostaria de saber se sou mesmo obrigado a sair de lá como esse senhor diz, e ainda por cima sem qualquer indemnização.*

A. J. R. (Alemanha)

De acordo com o disposto no Código Civil (art.º 1093 n.º 1 alínea i) o senhorio pode resolver o contrato de arrendamento (ou seja, obter o despejo da casa) se o arrendatário conservar o prédio desabitado por mais de um ano, consecutivamente ou, sendo o prédio destinado a habitação, não tiver nele residência permanente, habite ou não outra casa, própria ou alheia. O arrendatário (o senhor) pode evitar a acção de despejo se, na sua ausência, permanecerem no prédio os seus familiares (nomeadamente, os parentes ou afins na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral). Caso não se encontrem a residir na habitação os referidos familiares, sugerimos que, se considerar oportuno, chegue a um acordo com o senhorio a fim de evitar a possível acção de despejo.

*Sou herdeiro de uma nascente de água de rega, mas um vizinho, igualmente herdeiro da mesma, plantou-lhe eucaliptos em volta. Peço que me informem quantos metros é que os eucaliptos têm de estar afastados de uma nascente de água, que é pública, e se os outros herdeiros têm direito a fazer-lhe arrancar os eucaliptos.*

M. S. T. V. (Suíça)

Nos termos do Decreto-Lei n.º 28039, de 14 de Setembro de 1937, é proibida a plantação ou sementeira de eucaliptos, bem como de outras espécies arbóreas igualmente nocivas,

a menos de 20 metros de terrenos cultivados e a menos de 30 de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos.

As plantações ou sementeiras feitas em contração do disposto no número anterior, poderão ser arrancadas a requerimento dos interessados, dirigido à Câmara Municipal, que, em princípio, mandará executar o arrancamento.

Consideram-se interessados legítimos os proprietários e usufrutuários dos terrenos, nascentes, terras de regadio, muros e prédios urbanos.

O requerimento referido no n.º 2 deverá ser apresentado na Secretaria da Câmara Municipal, indicando o fundamento legal do pedido, a espécie (no caso, eucaliptos) e o número das árvores a que respeita, denominação, situação e limites da propriedade em que estiverem radicadas, nome e residência do seu proprietário ou possuidor. A letra e a assinatura do requerente serão reconhecidas autenticamente por notário.

*Comprei uma propriedade com casa de habitação e terreno. Foi celebrado contrato-promessa de venda e dei a quantia de 100 contos de sinal, no ano de 1975. Já fez dois anos, mas o dono efectuou nova venda, fazendo as escrituras para o caseiro que lá estava. O papel de promessa de venda tinha prazo, para mim, a 20 de Dezembro de 1975, e a venda ao caseiro verificou-se a 15 do mesmo mês e ano. Ainda estou sem os 100 contos que tinha dado de sinal, e parece-me que agora tenho direito ao dobro.*

J. M. T. (França)

Pelos elementos que nos indica, verificou-se, efectivamente, falta de cumprimento do contrato-promessa de compra e venda por parte do promitente vendedor, podendo V. Ex.º actuar judicialmente contra o indivíduo exigindo a devolução do sinal em dobro. Esclarecemos contudo que não se encontra nas atribuições desta Secretaria de Estado proceder, por via judicial, à defesa dos interesses dos emigrantes.

## ASSINE E DIVULGE A REVISTA

25  
Abril

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

## CIRCUITO DE CINEMA DA SEE

Em cada número da revista passamos a publicar informações sobre alguns dos principais filmes portugueses realizados nos últimos anos. Iniciaremos esta série com «Brandos Costumes», do qual apresentamos as fichas técnica e artística, bem como um resumo do argumento.

# BRANDOS COSTUMES

### FICHA TÉCNICA

Realização: Alberto Seixas Santos  
Argumento: Alberto Seixas Santos  
Luísa Neto Jorge  
Nuno Júdice  
Ano de produção: 1972/73  
Diálogos: Luísa Neto Jorge  
Música: Jorge Peixinho  
Fotografia: Acácio de Almeida (cor / Eastman)

### FICHA ARTÍSTICA

Luís Santos	pai
Dalila Rocha	mãe
Isabel de Castro	filha mais velha
Sofia de Carvalho	filha mais nova
Cremilda Gil	empregada doméstica
Constança Navarro	avó

### RESUMO DO ARGUMENTO:

O realizador empregando uma técnica de alternância de situações — retrospectivas de «actualidades» sobre a vida política do regime salazarista e cenas quotidianas da vida duma família pertencente à média burguesia — estabelece um paralelo entre a glória e o fim do regime do ditador Salazar e o autoritarismo caseiro do chefe da família.

As relações das duas filhas — entre si e entre elas e os pais, a avó e a empregada doméstica — traduzem as diferenças das gerações e as influências que as mesmas vão sofrendo face ao regime fascista, até à queda deste com a morte do ditador, a qual, de certo modo, poderia simbolizar o fim do paternalismo e autoritarismo tradicional dos pais nas famílias portuguesas.

## ÚLTIMA HORA

Como notícia de última hora informamos que, em relação à lista de filmes divulgada no número anterior, poderão ser acrescentados os seguintes títulos:

«Canção de Lisboa»



Alberto Seixas Santos,  
realizador de «Brandos  
Costumes»

Imagens do filme  
«Brandos Costumes»



«A Aldeia da Roupas Brancas»  
«As Duas Causas»

cujas fichas técnica e artística serão divulgadas no próximo número. Muito embora não se tratem de produções recentes — antes pelo contrário — o facto de serem considerados «clássicos» do cinema nacional justifica a prioridade que lhe é dada.

## AVISO AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para **Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas» — Secretaria de Estado da Emigração — Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa — Portugal.**
2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a **SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO.**
3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

### PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha ... ..	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra) ... ..	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

AA 000120

SELO DE CHEQUES

CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

DE DE 19

PAGUE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

CONTRA ESTE CHEQUE

ESC. \$

### MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de.....\$.....

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

PAÍS .....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO**

Palácio das Necessidades, 1.º Piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa — Portugal



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!  
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

**PORTUGAL CONTINENTAL**

**AÇORES**

**E MADEIRA**

**TAP**  
TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES